SEMINÁRIO AVANÇOS E DESAFIOS NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Relatório Geral

Consultor: Francisco Lobato

Dezembro 2011

Sumário

Introdução: Objetivo do Relatório e Estrutura do Documento 1

1. Agenda do Seminário Avanços e Desafios na Gestão dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo 3

1.1. Comentários Gerais 5

2. Anotações e Comentários Gerais sobre as Palestras apresentadas nas Mesas Redondas do Seminário 7

2.1. Mesa Redonda 1: Interfaces com Estados Vizinhos e com a União 7

2.1.1. Estado de Minas Gerais – Sra. Luiza de Marilac (IGAM) 7

2.1.2. Estado do Rio de Janeiro – Sra. Moema (INEA) 7

2.1.3. Estado do Paraná – Sr. Everton (IPÁGUAS) 8

2.1.4. União Federal – Sr. Rodrigo Flecha (ANA) 8

2.1.5. União Federal – Sr. Julio Thadeu (SRHU) 9

2.2. Mesa Redonda 2: Setores Usuários 10

2.2.1. Setor Agropecuário – Sr. João Cabreira (IGAM) 10

2.2.2. Setor Industrial – Sr. Ricardo Esper (FIESP) 10

2.3. Mesa Redonda 3: Visão Externa I 11

2.3.1. Ciência Política – Sr. Walter Tesch (CRHi – SSRH) 11

2.3.2. Comunicação Social – Sra. Marlene Simarelli (ArtCom) 12

2.3.3. Organizações Sociais do Meio Ambiente – Sr. Samuel Barreto (WWF) 12

2.4. Mesa Redonda 4: Setor de Saneamento e Municípios 13

2.4.1. Serviços Municipais Autônomos – Sr. Joaquim Inácio da Costa (Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto) 13

2.4.2. Prestadores de Serviços Privados – Sr. Fernando Magabeira Albernaz (ABCON) .. 13

2.4.3. Concessionária Estadual de Serviços de Saneamento – Sr. Dante Ragazi (SABESP) 14

2.5. Mesa Redonda 5: Visão Externa II 15

2.5.1. Secretaria de Estado do Desenvolvimento de São Paulo – Sra. Raquel Kibrit (Investe SP) 15

2.5.2. Raízen Energia – Sr. Antônio Alberto Stuchi (*Joint Venture* Cosan – Shell) 15

2.5.3. Universidade de São Paulo – Dr. Mario Thadeu Lemes de Barros (FCTH/USP) 16

3. Anotações dos Sub-relatores, Observações Complementares e Comentários Gerais sobre as Oficinas dos Grupos de Trabalho 17

3.1. Grupo 01: CBHs AT, AP, SMG e TG 17

3.1.1. Oficina do dia 21/nov/2011 17

3.1.2. Oficina do dia 23/nov/2011 20

3.2. Grupo 02: CBHs PCJ, BT, PP e Pardo 22

3.2.1. Oficina do dia 21/nov/2011 22
3.2.2. Oficina do dia 23/nov/2011 26
3.3. Grupo 03: CBHs MOGI, ALPA, TB e SJD 29
3.3.1. Oficina do dia 21/nov/2011 29
3.3.2. Oficina do dia 23/nov/2011 30
3.4. Grupo 04: CBHs SMT, TJ, BPG e MP 32
3.4.1. Oficina do dia 21/nov/2011 32
3.4.2. Oficina do dia 23/nov/2011 36
3.5. Grupo 05: CBHs PS, RB, BS, LN e SM 39
3.5.1. Oficina do dia 21/nov/2011 39
3.5.2. Oficina do dia 23/nov/2011 42
3.6. Grupo 06: CRH, COFEHIDRO e CORHI 46
3.6.1. Oficina do dia 21/nov/2011 46
3.6.2. Oficina do dia 23/nov/2011 48
4. Notas do Relator Geral e Recomendações para Novos Avanços do SIGRH/SP 52

Anexo 01: Os momentos marcantes do SIGRH nos últimos 20 anos

Anexo 02: Resumo das Avaliações dos Entrevistados - Relatório da Dra. Vanessa Empinotti (out/2011)

Introdução: Objetivo do Relatório e Estrutura do Documento

O objetivo do presente Relatório Geral é registrar as anotações e comentários sobre palestras em Mesas Redondas e os debates ocorridos nas Oficinas do Seminário realizado pela Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo (SSRH/SP), entre os dias 21 a 23 de novembro de 2011, na cidade de São Pedro, no interior paulista, sobretudo com vistas à avaliação – com presença de atores internos e externos – sobre os 20 anos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (SIGRH/SP), estabelecido pela Lei nº 7663, aprovada em dezembro de 1991, de modo a identificar os atuais problemas e as potenciais frentes futuras de trabalho, para que novos avanços venham a ser alcançados por esse Sistema.

Como insumos gerais antecedentes, vale lembrar que o funcionamento do Sistema já foi avaliado em 1997 e em 2001, além de contar com um recente documento elaborado pela Dra. Vanessa Empinotti (out/2011), sobre os 20 anos do SIGRH/SP, baseado em inúmeras entrevistas com membros da sociedade civil, do Estado de São Paulo e de municípios participantes do Sistema.

Neste contexto, o Relatório é iniciado com a transcrição da agenda que foi cumprida, seguida por comentários gerais, para que novas atividades possam seguir adiante e complementar os aprendizados ocorridos.

No segundo capítulo constam anotações gerais sobre todas as palestras que foram apresentadas nas Mesas Redondas, por especialistas e autoridades convidadas, com destaques para recomendações, alertas e incentivos a favor de novos avanços do SIGRH/SP. Por certo que tais anotações devem ser lidas em paralelo à disponibilização das apresentações que constaram no evento.

No capítulo seguinte estão registrados os arquivos enviados pelos sub-relatores dos 06 grupos de trabalho (GTs), com anotações feitas sobre os debates iniciais (Oficinas do dia 21/nov) e as recomendações propostas (Oficinas do dia 23/nov) ao SIGRH/SP.

Vale lembrar que esses grupos de trabalho foram especialmente compostos por representantes das instâncias coletivas do Sistema, dentre os Comitês de Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHIs) – grupos 1 a 5 – e os Conselhos Estadual de Recursos Hídricos (CRH) e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO), além do Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI) – grupo 6.

Tal como no caso das palestras, também os sub-relatórios dos GTs seguem complementados por observações e comentários gerais, sempre sob a intenção de sublinhar perspectivas e recomendações que possam ser úteis aos desafios enfrentados pelo SIGRH/SP.

A propósito, as frentes de debates e recomendações foram organizadas segundo os tópicos do SIGRH/SP; dos Instrumentos de Gestão; dos Planos Estadual de Recursos Hídricos e de UGRHIs; do funcionamento do FEHIDRO; e, de ações de Comunicação interna e externa ao Sistema.

Identificados todos esses desafios e dispostas as respectivas recomendações para avanços do SIGRH/SP, o presente Relatório apresenta, no **Anexo 01**, uma listagem dos principais momentos marcantes do Sistema, nos últimos 20 anos, com a identificação, por parte do Relatório da Dra. Vanessa Empinotti (out/2011), das etapas que ocorreram nesse período histórico.

Em acréscimo, como uma referência comparativa, o **Anexo 02** apresenta um resumo do Relatório citado, com as notas que foram conferidas para cada uma das temáticas avaliadas e a identificação que os entrevistados tiveram dos problemas e desafios, até chegarem em suas propostas, que devem ser comparadas e organizadas em complemento aos resultados do Seminário realizado em São Pedro.

Por fim, o documento é encerrado com tópicos gerais recomendados pelo presente consultor, com a intenção de oferecer subsídios para que as inúmeras propostas advindas do evento superem riscos de dispersões e falta de hierarquização e prioridades, a serem consideradas quando as frentes de trabalho forem traçadas em favor do SIGRH/SP.

1. Agenda do Seminário Avanços e Desafios na Gestão dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo

A programação do evento foi iniciada em 21 de novembro de 2011, segundo as etapas que seguem transcritas:

PROGRAMA

1º Dia – 21 de novembro (segunda-feira)

12h00 - 14h00 – Recepção dos inscritos e convidados

13h00 – 14h00 – Afixação dos painéis de Boas Práticas em Recursos Hídricos

Afixação dos painéis com síntese, por colegiado, das respectivas apresentações de ações de gestão de recursos hídricos ("boas práticas"), expostas até o final do evento.

14h00 – 15h20 – OFICINAS DAS AÇÕES NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Apresentação, de 20 minutos, pelos colegiados, de síntese de suas ações de execução da política estadual que contribuíram para a proteção, recuperação, aproveitamento e controle dos recursos hídricos.

Grupo 1: CBHs: AT – AP – SMG – TG

Grupo 2: CBHs: PCJ – BT – PP – PARDO

Grupo 3: CBHs: MOGI – ALPA – TB – SJD

Grupo 4: CBHs: SMT – TJ – BPG – MP

Grupo 5: CBHs: PS – RB – BS – LN – SM

Grupo 6: CRH – COFEHIDRO – CORHI

15h20 – 15h40 – Debates nos Grupos

15h40 – 16h00 – INTERVALO

16h00 – 17h40 – MESA REDONDA 1: INTERFACE COM ESTADOS VIZINHOS E UNIÃO

Apresentação, de 20 minutos, pelos representantes de estados vizinhos com ações comuns (MG, PR e RJ) e da União (SRHU e ANA) das respectivas visões sobre a articulação com o Estado de São Paulo, no que se refere à institucionalização e funcionamento dos sistemas estaduais e nacional de gerenciamento de recursos hídricos e aplicação dos instrumentos de gestão.

17h40 – 18h00 – Debates

20h00 – 21h30 – ABERTURA OFICIAL

21h30 – 23h00 – Coquetel

2º Dia - Dia 22 de novembro (terça – feira)

08h30 – 09h30 – MESA REDONDA 2: SETORES USUÁRIOS

Apresentação de 20 minutos com a visão setorial sobre os pontos positivos e deficiências da gestão de recursos hídricos nos últimos 20 anos e expectativas para o futuro:

- Federação da Agricultura do Estado de São Paulo - FAESP;
- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP

09h30 – 10h00 – Debates

10h00 – 10h20 – INTERVALO

10h20 – 11h50 – MESA REDONDA 3: VISÃO EXTERNA I

- Avaliação do processo de gestão dos recursos hídricos baseado em participação tripartite (Estado, Municípios e Sociedade Civil), descentralizado via atuação dos Comitês de Bacias Hidrográficas e integração das políticas públicas afetas aos recursos hídricos, como fator de aperfeiçoamento e democratização do processo decisório *(cientista político);*
- Estratégias para sensibilização da mídia para superação da adoção da água como notícia quase que exclusivamente em eventos extremos, como inundações, secas, escorregamentos, poluição e obras polêmicas (*Mídia ArtCom*);
- Contribuição da gestão de recursos hídricos para aumento da conscientização para o uso racional, preservação dos recursos hídricos e redução da pegada hídrica (WWF – *Terceiro Setor).*

11h50 – 12h30 – Debates

12h30 – 14h00 – ALMOÇO

14h00 – 15h30 – MESA REDONDA 4: SETOR DE SANEAMENTO E MUNICÍPIOS

Apresentação de 20 minutos com a visão do setor de saneamento sobre os pontos positivos e deficiências da gestão de recursos hídricos nos últimos 20 anos e expectativas para o futuro; e de 30 minutos para o representante dos municípios abordando a busca de conciliação da política pública municipal (local) com a política de recursos hídricos (bacia hidrográfica, Estado e União):

- Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto - DAERP;
- Associação Brasileira de Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto – ABCON;
- Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo – SABESP.

16h00 – 16h30 – INTERVALO

16h30 – 18h00 – MESA REDONDA 5: VISÃO EXTERNA II

- O recurso hídrico como fator condicionante à decisão para instalação e localização de novos empreendimentos: cenários de investimentos no Estado; demanda e expectativa por informações de recursos hídricos, normas e procedimentos de órgãos gestores *(Investe SP);*
- A relevância do recurso hídrico e do sistema de gestão na definição das estratégias de sustentabilidade com vistas ao aumento de produção, manutenção e ampliação de mercados *(Raízen Energia);*
- A formação de profissionais qualificados e o desenvolvimento tecnológico como variável para obtenção de eficiência e eficácia do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos *(Universidade de São Paulo).*

18h00 – 18h30 –Debates

3º Dia – Dia 23 de novembro (quarta – feira)

08h30 – 10h40 - OFICINAS SOBRE VISÃO DE FUTURO

Apresentação e discussão, pelos colegiados, de propostas de aprimoramento do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, seus mecanismos e instrumentos; suas relações com os demais sistemas; e proposição de linhas de ação para os colegiados. (Mesmos Grupos do dia 21)

10h40 – 11h00 – INTERVALO

11h00 – 11h40 - Apresentação dos relatos dos grupos das oficinas de Visão de Futuro *(Sub-relatores)*

11h40 – 12h10 - Relato Geral do Seminário (*Relator convidado*)

12h10 – 12h30 – ENCERRAMENTO

1.1. Comentários Gerais

Como primeiro comentário geral sobre o evento, é importante destacar que o Estado de São Paulo demonstra sua maturidade institucional ao colocar o SIGRH/SP como objeto de debates, solicitando não somente a identificação dos avanços que foram obtidos, mas também dos principais problemas existentes, sempre com vistas ao traçado de novas frentes de trabalho que propiciem aprimoramentos e avanços em todo o Sistema, em seus Instrumentos de Gestão e na interação com os diversos atores sociais (*stakeholders*) com interfaces e interesses relacionados à temática dos recursos hídricos.

Com efeito, é comum que muitos governos e entidades públicas tenham restrições a avaliações críticas, priorizando eventos para elogios próprios. No caso do Estado de São Paulo, sem dúvidas com um Sistema pioneiro e o mais avançado do país – ao lado do Ceará, que é referência ao semiárido brasileiro –, a iniciativa de avaliação e identificação de frentes de trabalho reafirma a tendência para que novos avanços venham a ocorrer, por consequência, sublinhando a maturidade e o exemplo conferido às demais unidades da federação, inclusive ao próprio Governo Federal, que também deveria avaliar, de forma robusta, como está o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

No que concerne mais especificamente à forma de organização do seminário, não obstante a importância de muitas das palestras apresentadas nas Mesas Redondas, cabe registrar que ocorreu uma certa falta de tempo para os debates finais que ocorreram na segunda Oficina, limitada a metade da manhã do dia 23/nov (4ª.f), quando todos os presentes tiveram que formular suas propostas em favor do SIGRH/SP, tanto no que tange ao modelo institucional e representatividades, quanto aos instrumentos de gestão, planos, FEHIDRO, recursos financeiros e comunicação com a sociedade.

Como resultado, espera-se que novas reuniões sejam projetadas, não mais para diagnósticos gerais, mas sim em favor de organização das propostas e de suas respectivas frentes de trabalho e prioridades, ou seja, já tendo em vista uma estratégia para que ocorram os aprimoramentos esperados do SIGRH/SP.

Neste sentido, uma referência conceitual e de procedimentos metodológicos relacionados à Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) constam do documento elaborado pela Agência Nacional de Águas (ANA), como contribuição do Brasil ao 6º Fórum Mundial das Águas, que ocorrerá em março de 2012, na França.

2. Anotações e Comentários Gerais sobre as Palestras apresentadas nas Mesas Redondas do Seminário

Neste capítulo constam anotações e comentários gerais sobre todas as palestras que foram apresentadas nas Mesas Redondas, por especialistas e autoridades convidadas, com destaques para recomendações, alertas e incentivos a favor de novos avanços do SIGRH/SP.

Para um melhor entendimento e complementação das anotações que seguem, devem ser lidas as apresentações que constaram no evento, no sentido de entender o seu contexto mais amplo.

2.1. Mesa Redonda 1: Interfaces com Estados Vizinhos e com a União

2.1.1. Estado de Minas Gerais – Sra. Luiza de Marilac (IGAM)

Depois de ressaltar a referência de São Paulo ao país, notadamente no caso da gestão no complexo das bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ), a Sra. Luiza de Marilac colocou em pauta a distinção de **representatividade tripartite** (estado, municípios e sociedade civil), que consta na legislação paulista, frente à representação diferenciada entre União, estados, municípios, usuários de recursos hídricos e organizações da sociedade civil, definida pela legislação nacional e pela maioria dos demais estados brasileiros.

Neste sentido, em consonância com algumas das propostas advindas das Oficinas do evento, caberia ao Estado rever a questão de representatividade, inclusive como elemento facilitador da interface com estados vizinhos e no contexto de comitês de bacias hidrográficas de rios sob domínio da União.

Outra das observações mais relevantes foi em relação à **figura jurídica das agências de bacias**, no caso de São Paulo, restritas à Fundação de Direito Privado, uniforme para todas as UGRHIs paulistas, em contraversão à Lei Federal nº 10.881, aprovada em junho de 2004, que flexibiliza as opções de figuras jurídicas, denominando as alternativas como "entidades delegatárias", que podem assumir as funções e encargos de agências de bacias por meio de Contratos de Gestão, em conformidade com as naturezas distintas de problemas que podem ocorrer em diferentes regiões e/ou bacias hidrográficas.

A propósito, a Sra. Luiza lembrou o Art. 33 da Lei Estadual nº 7663/91, que abre espaço para que associações civis de usuários de recursos hídricos possam ser qualificadas para o exercício das funções de agências de bacias.

Nota-se, portanto, uma "provocação" de Minas Gerais, no sentido positivo, para que sejam facilitadas as atuações conjuntas com São Paulo, em bacias compartilhadas, a exemplo do complexo PCJ e rio Grande, hoje já em pauta.

2.1.2. Estado do Rio de Janeiro – Sra. Moema (INEA)

Em sua exposição, a Sra. Moema registrou a iniciativa singular do Governo do Rio de Janeiro ter unificado os órgãos estaduais do meio ambiente e dos recursos hídricos na mesma entidade, o atual Instituto Estadual do Ambiente (INEA), que atua contando com cerca de 280 funcionários.

Especificamente quanto aos recursos hídricos e suas relações com São Paulo, mencionou que o Rio de Janeiro conta com 09 comitês estaduais instalados, além do CEIVAP, comitê em rio federal, lembrando que a sua agência de bacia – a AGEVAP – foi constituída como associação civil de direito privado, com os demais podendo selecionar "entidades delegatárias", tal como consta na Lei Federal nº 10.881/04, com preferência para alternativas de entidades já existentes, a exemplo do que ocorreu com o comitê da bacia do rio Guandu, que também conta com a AGEVAP.

Em acréscimo, houve o registro de iniciativas singulares do Rio de Janeiro, que universalizou a cobrança pelo uso da água em todo o Estado, com arrecadação depositada no Fundo Estadual de Recursos Hídricos, hoje com aportes anuais da ordem de R$ 35 milhões, sendo R$ 18 milhões advindos da bacia do Guandu, que recebe transposições hídricas a partir do rio Paraíba do Sul.

Em termos aplicativos, o INEA também atua como executor de ações estruturais, cabendo às agências de bacias ações estruturantes, entendidas como centradas nos encargos de planejamento, notadamente com base em planos de bacias.

Por fim, a Sra. Moema explicitou a demanda para que estudos relativos à Macrometrópole Paulista sejam apresentados e debatidos com o Rio de Janeiro, na medida em que consta alternativa de captação nas nascentes do rio Paraíba do Sul que seriam transferidas em favor do Alto Tietê e do complexo PCJ, com possíveis impactos nas disponibilidades hídricas de jusante.

2.1.3. Estado do Paraná – Sr. Everton (IPÁGUAS)

No que tange ao Estado do Paraná, as abordagens foram mais gerais, com menção à importância de estudos sobre o Aquífero Guarani, que abrange vários estados, e dos cadernos regionais, que tratam de bacias compartilhadas.

No contexto federal, foram lembradas a PEC 43, que transfere o domínio de águas subterrâneas para a União, e do PL 315, que modifica a divisão de recursos advindos da compensação paga pelo setor elétrico, reduzindo as arrecadações estaduais em favor de municípios, fato que pode prejudicar, em muito, a sustentação financeira dos Sistemas Estaduais de Recursos Hídricos, inclusive no caso do FEHIDRO. Neste sentido, os estados deveriam atuar em conjunto, para que tais iniciativas sejam descartadas.

Quanto aos comitês de bacia, percebe-se que o Estado do Paraná seguirá sob o comando de São Paulo, que articula esforços para que seja constituído o Comitê Federal do rio Paranapanema, divisa entre ambos os estados.

2.1.4. União Federal – Sr. Rodrigo Flecha (ANA)

Sob a perspectiva nacional, o Sr. Rodrigo Flecha, da Agência Nacional de Águas (ANA), destacou, de imediato, a importância de pactos entre as unidades da federação relacionados com bacias compartilhadas, a exemplo do que já ocorre na bacia do rio Paraíba do Sul, todavia, com espaços para avanços, tendo como referência a Diretiva Quadro das Águas, onde objetivos e metas de entrega de disponibilidades hídricas são estabelecidas entre países da União Européia.

A propósito, foi registrado o desafio para que sejam elaborados planos integrados abrangentes de comitês de sub-bacias e/ou de bacias afluentes, com busca de iniciativas conjuntas,

notadamente como a universalização do instrumento da Cobrança pelo Uso da Água, no contexto de toda a bacia hidrográfica.

Em relação ao SIGRH/SP, houve a proposta de que as divisões entre UGHRIs sejam revistas, com eventuais agrupamentos no caso de unidades que não estejam sob dinâmicas próprias e não apresentem importâncias isoladas ao Estado, quer seja em decorrência de abordagens estratégicas e/ou da dinâmica regional.

A justificativa para tais propostas foi dada pela necessidade de uma visão conjunta entre o SIGRH/SP e o Sistema Nacional (SINGREH).

Mais especificamente, o Sr. Rodrigo ressaltou iniciativas para fortalecimento das agências de bacias, a serem vistas como entidades executivas descentralizadas, dentre as quais o Consórcio PCJ atuou como uma das principais referências do país. Percebe-se que o problema da limitação de agências como fundações de direito privado deve ser revisto pelo Estado de São Paulo.

Na sequência, o Sr. Rodrigo mencionou que a Governança (interação com os atores sociais) é muito relevante, contudo, também sendo exigida uma Governabilidade tecnicamente consistente, de modo que dados e informações explicitem relações entre causas e efeitos, para que os problemas venham a ser solucionados.

Por fim, foi feita a menção do conceito do Mapa de Gestão, onde os perfis diferenciados de cada região devem orientar a atuação do Sistema e dos Instrumentos de Gestão, com aplicações distintas segundo a natureza dos problemas que devem ser enfrentados. Sob a abrangência do país, o Mapa de Gestão deverá incluir pontos estratégicos de controle, relacionados aos mencionados pactos entre as unidades da federação.

2.1.5. União Federal – Sr. Julio Thadeu (SRHU)

Como atual Diretor de Recursos Hídricos da SRHU, o Sr. Julio Thadeu ressaltou o perfil da gestão descentralizada e participativa do SIGRH/SP, que inspirou o próprio Sistema Nacional e de diversos estados federativos.

Não se limitando ao Sistema, foi mencionado o processo de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, também pautado por consultas a agentes locais, portanto, igualmente sob um procedimento descentralizado e participativo.

Dentre os desafios a serem enfrentados, o Sr. Julio ressaltou a complexidade da Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH), com integração entre os diversos setores usuários das águas, fato que exige conhecimento técnico e maior Governabilidade sobre a gestão das águas.

Chegando a perspectivas futuras, houve o registro da projeção de cenários prospectivos, onde questões complexas como as de mudanças climáticas devem ser consideradas, para que avanços na gestão de recursos hídricos possam ocorrer de forma consistente, em médio e longo prazo.

No que tange à dimensão e diversidade do país, foram admitidas organizações e perfis diferenciados entre muitas das unidades federativas, ou até mesmo entre unidades de gestão dentro de um próprio estado, de acordo com a natureza distinta dos problemas. Mais especificamente, foi então recomendado o fortalecimento dos órgãos estaduais gestores, para que avanços e estratégias dessa ordem venham a ocorrer.

Em acréscimo, dois questionamentos foram apresentados: sobre a identificação de outras fontes de financiamento aos planos de recursos hídricos, com o objetivo de que possam ser efetivamente implementados; e, sobre a efetiva aplicação das inúmeras resoluções que são aprovados, tanto no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, quanto dos Conselhos Estaduais.

2.2. Mesa Redonda 2: Setores Usuários

2.2.1. Setor Agropecuário – Sr. João Cabreira (IGAM)

De pronto, o Sr. João Cabreira sublinhou a importância do setor agropecuário dentre os segmentos de usuários de recursos hídricos, notadamente quando da ocorrência de perímetros de irrigação, sendo que, no contexto nacional, este segmento chega a ser responsável pela ordem de 65% das demandas quantitativas de água.

Em sua abordagem, a gestão de recursos hídricos foi mencionada sob ambos os relacionamentos, tanto com o desenvolvimento regional, quanto com a proteção ao meio ambiente.

Sendo assim, os comitês foram descritos como possíveis "fóruns ambientais", onde os debates e decisões tendem a ser mais amplas do que aspectos particulares à gestão de oferta hídrica.

Com tal abrangência, dentre as atuais deficiências do SIGRH/SP foram registradas: uma participação ainda limitada dos usuários de recursos hídricos; os limites para a obtenção de financiamentos via FEHIDRO; e, a integração ainda insuficiente e superficial entre os diferentes setores usuários das águas.

Contando com tais deficiências, os principais desafios a serem abordados pelo SIGRH/SP seriam: uma contribuição efetiva dos setores usuários; muitas adequações e melhorias em normas e procedimentos que se encontram em vigor no Sistema; e, a definição de como poderiam ser regularizadas propriedades e atividades de produtores do setor agropecuário, com vistas à sua inserção no SIGRH/SP, vencendo estímulos de que continuem ausentes e de forma irregular, sem que ajustes possíveis passem a ser empreendidos.

Ademais, o Sr. João Cabreira mencionou a necessidade de maior integração entre as secretarias de estado relacionadas ao processo de licenciamento ambiental e de concessão de outorgas, o que significa atividades conjuntas entre a SMA e a SSRH.

Por fim, como principal conclusão foi destacada uma participação permanente dos atores relacionados aos recursos hídricos e ao meio ambiente, de forma qualificada e propositiva.

2.2.2. Setor Industrial – Sr. Ricardo Esper (FIESP)

O primeiro destaque mencionado pelo Sr. Ricardo, como representante da FIESP, foi a elevada participação do setor industrial junto ao SIGRH/SP, tanto para que espaços institucionais fossem ocupados, quanto para que houvesse sua intervenção em decisões importantes, notadamente no caso de critérios e valores relativos à Cobrança pelo Uso da Água.

Outra preocupação foi – e continua sendo – relacionada com o enquadramento dos corpos d'água, que pode inviabilizar muitas das industrias que encontram-se instaladas em áreas de

maior densidade e menor disponibilidade hídrica, por vezes sem a devida consideração de demandas e lançamento de efluentes advindos de outros setores usuários.

Neste contexto, sob a ótica industrial os principais desafios que se colocam ao SIGRH/SP são: a maior integração entre os diversos setores usuários das águas; uma conscientização maior e continuada dos usuários industriais, ampliando a regularização e participação no SIGRH/SP de empresas de pequeno e médio porte; e, um apoio técnico sobre a legislação, inclusive no que tange a ajustes e aprimoramentos.

Por fim, foram mencionadas como deficiências a serem superadas: a complexidade do Sistema; a lentidão de respostas efetivas, com destaque para o licenciamento ambiental e emissão de outorgas; as abordagens diferenciadas de regiões distintas; e, a lenta aplicação de recursos financeiros advindos via Cobrança pelo Uso da Água.

Depois das apresentações de ambos os segmentos, cabe registrar que, nos debates, houve manifestação do represente do Ministério Público, com a menção de que será importante a sua participação no âmbito do SIGRH/SP, não apenas como órgão fiscalizador e punidor de irregularidades, mas para suas contribuições em ajustes e adequação à legislação vigente, sempre contando com uma visão externa conjunta dos diversos setores usuários das águas, em conformidade com o perfil de cada região-problema.

2.3. Mesa Redonda 3: Visão Externa I

2.3.1. Ciência Política – Sr. Walter Tesch (CRHi – SSRH)

Para apresentar uma visão do SIGRH/SP sob a ótica da ciência política, o Sr. Walter Tesch iniciou registrando que a gestão de recursos hídricos tem se estruturado como um projeto socialmente construído, com debates e acordos celebrados no âmbito das instâncias do Sistema.

A propósito, esse projeto social de acordos deve ser analisado, lembrando que há distintas relações de forças entre os atores participantes, não apenas em termos de seus pesos específicos – econômicos e sociais –, mas também do grau de participação nas instâncias colegiadas do SIGRH/SP.

Neste sentido, em termos da ciência política a gestão das águas deve ser vista sob diferentes abordagens, incluindo uma visão técnico-científica, uma abordagem econômica e política-social, até chegar a aspectos culturais que são expressos em atividades e hábitos da população, por vezes, com interferências importantes sobre o uso das águas.

Sendo assim, torna-se fundamental a questão da representatividade social, para construção de um Sistema de Gestão democrático, com o Sr. Wagner lembrando que persistem capacidades diferenciadas dentre os grupos que participam do SIGRH/SP, com alguns tendo muito mais capital para expressar e fazer predominar seus interesses próprios.

Com isto posto, o Sr. Wagner apresentou como principal desafio a abertura de acesso a segmentos ainda ausentes ou pouco representados no SIGRH/SP, sempre com busca de maior equidade nas oportunidades e maior sintonia dentre as abordagens a serem estabelecidas, em conformidade com o perfil real de cada porção do território paulista, sob uma dinâmica de ajustes e adequações continuadas.

2.3.2. Comunicação Social – Sra. Marlene Simarelli (ArtCom)

Como jornalista e especialista em comunicação, a Sra. Marlene iniciou sua apresentação mencionando que uma ampla comunicação aberta à sociedade é um dos elementos essenciais para uma democracia efetiva, devendo chegar ao posicionamento das diferentes forças e atores.

No caso das águas, um dos aprendizados é que não se deve limitar a notícias sobre eventos críticos, tais como inundações, deslizamentos de encostas e períodos de seca, mas também seguir com informes continuados a respeito do planejamento que é exigido para a gestão dos recursos hídricos.

Sob sua perspectiva, têm ocorrido avanços sobre o tema, com publicações que abordam as relações entre águas e produção agrícola, problemas e enfoques para disponibilidade hídrica durante todo o ano e, especialmente, demandas e interesses para a recuperação de rios e lagos, tendo destacado rios e córregos que foram cobertos em cidades, funcionando apenas no contexto de sistemas de drenagem, com eventuais interesses para a sua recuperação paisagística.

A propósito, sob o seu entendimento pode-se ampliar ainda mais o processo de comunicação social, com foco em públicos e atores externos ao Sistema, segundo a dinâmica e a estratégia de cada setor de comunicação, partindo de grandes organizações como a Globo, até chegar a focos mais específicos, a exemplo de sites da Internet, que é muito acionado no presente.

Como justificativa para tais esforços e iniciativas, a Sra. Marlene lembrou que a mídia pode conferir confiança, interesse e credibilidade ao Sistema de Gestão, reforçando sua consistência e importância política e institucional.

2.3.3. Organizações Sociais do Meio Ambiente – Sr. Samuel Barreto (WWF)

A apresentação do representante da WWF, Sr. Samuel, foi centrada no programa Pegada Hídrica, portanto, com recomendações mais genéricas do que abordagens de casos específicos próprios ao SIGRH/SP.

Assim, foram mencionados vários dados estatísticos gerais sobre pesquisas a respeito de recursos hídricos, com destaque para a aceitação maior da Cobrança pelo Uso da Água, do que seria esperada. A propósito de comitês de bacias, o Sr. Samuel registrou que 70% dos entrevistados não sabiam sobre a existência dessas instâncias coletivas, sendo que dentre aqueles que sabiam, poucos tinham conhecimento sobre as funções e encargos exercidos pelos comitês.

Depois de apresentar dados advindos de outros países, houve a recomendação de que sejam analisadas as cadeias produtivas que são desenvolvidas em cada região ou bacia hidrográfica, em decorrência de suas articulações como setores usuários das águas.

Na sequência, o principal alerta do programa Pegada Hídrica foi em relação a riscos, envolvendo não somente problemas físicos em acidentes relacionados aos recursos hídricos, como também a própria reputação dos Sistemas de Gestão e da atuação regulatória a ser exercida pelo Poder Público.

Ou seja, o entendimento é de que a regulação estatal sobre uso de recursos hídricos deve ocorrer de forma articulada com a gestão descentralizada, mediante comitês de bacias, que devem atuar

como instâncias indutoras de melhores comportamentos hídricos e ambientais de todos os *stakeholders*.

Por fim, a WWF sublinhou a importância da implementação executiva de planos de bacias e de uma avaliação periódica externa sobre como andam os Sistemas de Gestão, para que aprimoramentos e ajustes ocorram em continuidade.

Durante os debates, foi lembrada a Lei Federal nº 9605, na qual foram estabelecidos crimes ambientais, com penas baseadas na recuperação de recursos hídricos e ambientais, portanto, sob uma forma associada à mencionada regulação estatal sobre usos das águas.

2.4. Mesa Redonda 4: Setor de Saneamento e Municípios

2.4.1. Serviços Municipais Autônomos – Sr. Joaquim Inácio da Costa (Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto)

A ênfase dessa apresentação foi conferida a aspectos puramente técnicos relacionados à redução de perdas físicas de água nos serviços de saneamento, no caso do município de Ribeirão Preto, com base em projeto financiado por recursos do FEHIDRO e pelas contrapartidas de seu Departamento Municipal.

Para Ribeirão Preto houve o destaque de que 100% da oferta hídrica provêm de águas subterrâneas do Aquífero Guarani, contando com mais de 130 poços em diversos pontos da cidade, para o atendimento de cerca de 600 mil habitantes.

Em termos de tecnologia foram descritos os equipamentos do Sistema de Telemetria e de Telecomando, como forma de avançar sobre o controle de perdas de água nos sistemas de distribuição, até que a quinta etapa já esteja atingida, com um percentual atual da ordem de 42% de perdas, incluindo as de cunho financeiro.

Na sequência, outras novas etapas estarão sendo empreendidas, com novos investimentos e avanços operacionais, até que o índice de perdas chegue a 25%, considerado bastante razoável, contudo, podendo ser ainda mais reduzido.

A importância dessa tecnologia encontra-se relacionada com uma das principais frentes de trabalho que foram indicadas pelos diversos Grupos de Trabalho, para que problemas de disponibilidades hídricas sejam mitigados.

Como última observação, cabe o registro de que o apresentador revelou a existência de algumas dificuldades e restrições no que tange às consultas ao comitê de bacia, para que este projeto de redução de perdas tenha sido aceito para fins de obtenção de aportes do FEHIDRO.

2.4.2. Prestadores de Serviços Privados – Sr. Fernando Magabeira Albernaz (ABCON)

Segundo informações apresentadas pelo Sr. Fernando, em relação à prestação de serviços privados de água e esgotos, o Estado de São Paulo conta com 229 contratos vigentes, alguns parciais (somente água ou esgotos) e outros completos para ambos os serviços.

Tendo as primeiras opções para tais serviços depois do início dos anos de 1990, novos avanços do setor privado ocorreram depois de 2007, quando da aprovação da Lei Federal nº 11.445.

Em relação ao SIGRH/SP, houve a menção de que foi a aprovação da Lei nº 7663/91 que muito incentivou a ampliação de sistemas de saneamento, por consequência, abrindo espaços para que o setor privado estivesse presente.

Ainda quanto ao SIGRH/SP, o Consórcio PCJ foi destacado como opção para a criação de associações de usuários, com suas funções exercidas como agência de bacia.

Como resultado desse processo e das contribuições do setor privado, o conjunto do Estado de São Paulo hoje já apresenta índices totais de tratamento de esgotos acima dos 50%, sem que se deixe de seguir adiante, contudo, tendo o reconhecimento de que se encontra bem mais avançado do que os demais estados da federação.

Por fim, foram registradas dificuldades para que recursos advindos da Cobrança pelo Uso da Água ofereçam aportes em favor de projetos do setor privado, como fonte de financiamento para maiores índices de coleta e tratamento de esgotos sanitários.

2.4.3. Concessionária Estadual de Serviços de Saneamento – Sr. Dante Ragazi (SABESP)

Iniciando sua apresentação com a abordagem do SIGRH/SP, em especial dos Instrumentos de Gestão estabelecidos pela Lei Estadual nº 7663/91, o Sr. Dante destacou a outorga, o enquadramento e a cobrança, como os mais importantes e avançados, com rebatimentos significativos sobre a Concessionária Estadual SABESP, hoje com a oferta de serviços em 384 municípios do Estado de São Paulo.

Como indicadores gerais, foram mencionadas as metas de universalização de serviços, tendo o ano de 2015 para cidades do interior paulista, e de 2020 para a Região Metropolitana de São Paulo, que já abriga cerca de 20 milhões de habitantes.

Além da ampliação dos serviços prestados, houve destaque para também sejam definidos avanços na eficiência operacional de serviços, a exemplo de redução de perdas e elevação na eficácia para tratamento de esgotos.

Em termos de investimentos e níveis tarifários, foi explicitada a oportunidade de debates voltados à redução dos atuais níveis de impostos que constam sobre os prestadores de serviços de saneamento.

No que concerne às principais áreas críticas no Estado de São Paulo, foram lembrados os complexos estudos da Macrometrópole Paulista, como um dos exemplos que exige uma abordagem integrada entre os diferentes setores usuários das águas, entre os quais devem ocorrer negociações e acordos para usos múltiplos e eventuais realocação das disponibilidades, em épocas e situações críticas.

Com efeito, quando somadas as UGRHIs do Alto Tietê, PCJ, Baixada Santista, Médio Tietê e Sorocaba e do Alto Paraíba do Sul, a demanda chega a cerca de 280 m^3/s, com 130 m^3/s para abastecimento, 84 m^3/s para uso da indústria e 66 m^3/s para cultivos irrigados, nesta área que responde por 25% do PIB Nacional.

A propósito das ações mais relevantes da SABESP, que cooperam com metas e objetivos do SIGRH/SP, houve o destaque para programas e projetos regionais, a exemplo do Projeto do

Alto Tietê, do Vida Nova – Programa Mananciais, além de outros, cada qual estabelecidos segundo abordagens próprias aos problemas regionais específicos que devem ser enfrentados.

Por fim, voltando ao perfil dos Instrumentos para a Gestão de Recursos Hídricos, foi mencionado o grande desafio de associar o enquadramento dos corpos d`'agua a metas que possam ser progressivamente e efetivamente alcançadas, não apenas como "o rio que queremos", mas sim como "o rio que podemos ter".

2.5. Mesa Redonda 5: Visão Externa II

2.5.1. Secretaria de Estado do Desenvolvimento de São Paulo – Sra. Raquel Kibrit (Investe SP)

Para iniciar sua apresentação, a Sra. Raquel descreveu o perfil da Investe SP, como serviços social autônomo, a exemplo do SEBRAE, estabelecida recentemente pelo Governo do Estado para fins de incentivo e atratividade de novos empreendimentos, com vistas a elevar ainda mais a competitividade de São Paulo.

Para que ocorra essa atratividade, além de articulações com as prefeituras municipais, com solicitações de eventual isenção de impostos, doação de terrenos e outras oportunidades, a Investe SP procurar atrair investidores produtivos, em alguns casos chegando a oferecer aportes e linhas de crédito.

Para cada caso, são coletados dados dos empreendimentos sobre suas demandas em serviços de saneamento, disponibilidades hídricas e possíveis impactos ambientais, como subsídios para analisar a localização desejada e os ajustes e adequações que sejam necessários.

Como primeiros resultados, foi citado que São Paulo já agregou R$ 10 bilhões de investimentos em novas empresas, com potencial previsto que poderá chegar a R$ 30 bilhões.

Em termos da localização dessas novas empresas, verifica-se que prevalece o interesse dos empresários em localizar-se no entorno da Grande São Paulo, ao redor de até 250 km, portanto, com indicação de que segue em curso uma elevada concentração urbano-industrial e adensamento populacional, com rebatimentos de aumento das atuais demandas por outorga de recursos hídricos.

Quando dos debates, a Investe SP foi questionada sobre a forma de obter informações a respeito das disponibilidades hídricas disponíveis – ou seja, as consultas prévias ao DAEE/SP –, além de seus entendimentos e definições relacionadas ao planejamento socioeconômico do Estado de São Paulo, com vistas ao ordenamento das atividades produtivas sobre o território paulista, fatos que ainda devem ocorrer de forma mais consistente, para que não se tomem decisões pautadas apenas pelos interesses particulares dos empreendedores.

2.5.2. Raízen Energia – Sr. Antônio Alberto Stuchi (*Joint Venture* Cosan – Shell)

Com uma apresentação bastante focada em aspectos de tecnologia, o Sr. Antônio Alberto, representante de uma forte empresa privada relacionada à produção de biocombustíveis, lembrou que as usinas produtoras de álcool localizam-se próximas a corpos d'água, nos últimos anos com avanços significativos na redução de suas demandas por outorgas, em decorrência da adoção de novas tecnologias.

Como referência, citou alguns dados, notadamente a meta de que a atual demanda chegue a 1,0 m^3/ton de cana de açúcar, quando em usinas mais atrasadas tecnologicamente eram utilizados mais de 15,0 m^3/ton. Ademais, os projetos de avanços na eficiência do suo da água trabalham na perspectiva de aplicação de reuso e, portanto, de redução nas captações que hoje são efetuadas.

Também há estudos e iniciativas para que sejam reduzidos os custos operacionais, tanto para fins de competitividade produtiva e de mercado, quanto para que as reduções nas demandas sobre os recursos hídricos passem a ser viáveis, propiciando a viabilidade da elevada concentração de empreendimentos que se localizam especialmente no território paulista.

De fato, além da expansão de cultivos de cana de açúcar e de usinas produtoras de biocombustíveis passarem a ocupar novas áreas em estados vizinhos, como o Mato Grosso do Sul, noroeste do Paraná e uma porção do Triângulo Mineiro, no presente já há novas áreas que se estendem rumo ao noroeste de Minas Gerais, chegando a porções onde cultivos de cana também demandam irrigação em determinados períodos sazonais.

Como último tópico, o Sr. Antônio descreveu iniciativas relacionadas à vinhaça, também com relações positivas para redução de demandas por recursos hídricos.

2.5.3. Universidade de São Paulo – Dr. Mario Thadeu Lemes de Barros (FCTH/USP)

Como última palestra das Mesas Redondas, o Prof. Mario Thadeu iniciou com um histórico do SIGRH/SP, lembrando trabalhos e iniciativas da década de 1980 e alguns dos conceitos que foram traduzidos no contexto da Lei Estadual nº 7663/91.

Contando com tais subsídios históricos, foi destacada a atuação da Fundação Centro Tecnológico de Hidrologia da USP, para fins de capacitação, sempre com vistas ao atendimento de duas vertentes mencionadas como fundamentais: de um lado, os representantes de comunidades participativas do SIGRH/SP, com presença em comitês de bacias; e, de outro, os profissionais que atuam em trabalhos técnicos, para que estudos, projetos e alternativas traçadas para a solução de problemas complexos, tenham consistência.

Sob tal abordagem, o Prof. Mario Thadeu descreveu o perfil multidisciplinar dos cursos e programas de capacitação, envolvendo não apenas temas da hidrologia, mas todos os demais relacionados à gestão das águas, chegando à consideração das diferentes instituições relacionadas ao SIGRH/SP, sejam de caráter público ou da iniciativa privada.

Como formatação geral, os cursos disponíveis abrangem desde níveis intermediários até os de pós-graduação, tendo como primeiro módulo os conceitos básicos da gestão das águas, e como segundo módulo os fundamentos da gestão, onde constam sistemas institucionais e os instrumentos aplicados.

Por fim, cabe mencionar que esse tema da capacitação segue sempre na pauta das frentes de trabalho voltadas a novos avanços do SIGRH/SP, em decorrência das demandas para que todos os participantes tenham subsídios em suas atuações e decisões tomadas no âmbito do Sistema.

3. Anotações dos Sub-relatores, Observações Complementares e Comentários Gerais sobre as Oficinas dos Grupos de Trabalho

Neste capítulo são transcritas as anotações feitas pelos sub-relatores, seguidas por observações complementares e comentários gerais sobre os debates que ocorreram em ambas as Oficinas, realizadas com os 06 Grupos de Trabalho (GTs) compostos por membros de Comitês das UGHRIs do Estado de São Paulo, nos GTs 1 a 5, e também por representantes dos Conselhos Estadual de Recursos Hídricos (CRH) e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO), além do Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI), no GT 6.

A primeira Oficina ocorreu na tarde do dia 21/nov/2011, voltada para uma apresentação de diagnósticos gerais das UGRHIs e a identificação de problemas, deficiências e de desafios para que novos avanços possam ocorrer no SIGRH/SP.

A segunda Oficina foi realizada na manhã do dia 23/nov/2011, com foco em visão de futuro, traduzida em termos dos desafios relacionados com certas temáticas e as respectivas propostas de ação.

3.1. Grupo 01: CBHs AT, AP, SMG e TG

3.1.1. Oficina do dia 21/nov/2011

Coordenador: Rodrigo Flecha – ANA

Sub-Relatora: Márcia Chaves – CRHI\DCIG

Inicialmente o Coordenador do Grupo solicitou aos participantes que fizessem breve apresentação sobre as atividades dos Comitês, lembrando que o objetivo é que ao final se discutisse as atividades, os avanços, metas e desafios impostos aos Comitês de Bacia.

A exceção do Comitê do Turvo Grande, que declinou de sua apresentação, os Comitês do Alto Tietê, Sapucaí Mirim Grande e Aguapeí Peixe apresentaram as especificidades de cada Unidade de Gestão de Recursos Hídricos (UGRHI), pontuando as respectivas datas de instituição, composição, localização geográfica, rios tributários, municípios de abrangência, disponibilidade e demanda hídrica, prioridades de aplicação dos financiamentos, tanto do FEHIDRO como de contrapartidas, coleta e disposição de resíduos, coleta e tratamento de efluentes e características socioeconômicas.

Tendo em vista as diferentes realidades locais, destacam-se alguns pontos enfatizados pelos expositores:

— No **Comitê Aguapeí Peixe** destacou-se como grandes problemas a serem enfrentados o esgotamento sanitário e a erosão. O Comitê conta com programas de ação integrada, que vêm tendo respostas positivas como, por exemplo, o “Viva Peixe” e o “Diálogo Interbacias”, programas que viabilizam diagnóstico de pontos críticos da bacia e de troca de experiências e avanços nas questões relativas à educação ambiental. Com relação à cobrança o Comitê já viabilizou cadastramento e está em fase de fundamentação.

Foram elencados pelos membros do Comitê AP os seguintes desafios futuros:

1- Efetivar a implementação do Plano de Bacias, a partir da definição de metas e ações exequíveis e da sua adoção como diretriz as entidades e órgãos que atuam na bacia;

2- Mobilizar um universo mais amplo de usuários e entidades civis, buscando uma maior participação no Comitê;

3- Aprovar a Cobrança e definir o Plano de Investimento dos recursos arrecadados;

4- Revisar, atualizar e aprovar o Plano de Bacias para o quadriênio 2012-2015, prevendo-se o plano de reenquadramento de corpos d'água;

5- Reforçar a capacitação dos membros do Comitê, usuários e técnicos sobre os preceitos da Política de Recursos Hídricos, buscando a conscientização e aprimoramento da gestão.

— No **Sapucai Mirim Grande**, comitê fundado em bacia interestadual, destacou-se investimentos que resultam já em números significativos como, por exemplo, a diminuição de resíduos domiciliares, que ocorreu apesar do crescimento populacional. Na bacia, 97% dos domicílios contam com coleta e 76% do total coletado são dispostos adequadamente. Apenas um dos municípios de abrangência não conta com Estação de Tratamento de Esgotos, sendo que 81% dos efluentes domésticos são tratados.

— No **Alto Tietê** um grande diferencial é a criticidade quanto à disponibilidade, com o consumo total de água da bacia excedendo em muito sua produção hídrica, acarretando a necessária reversão de água de outras localidades, para que se possa atender à demanda. Somando-se a essa problemática, a bacia conta com vasta ocupação nas áreas de mananciais, o que coloca em risco tanto a qualidade quanto a quantidade hídrica. A questão dos mananciais tem sido um dos grandes focos de atenção do Comitê, sendo que o colegiado conseguiu a implantação de leis específicas de proteção para essas áreas.

A preocupação com a qualidade das águas subterrâneas também é constante, com a região contando com muitas indústrias interessadas em explorar o recurso. Assim, a preocupação do Comitê tem sido frear uma possível ampliação dessa exploração, com vistas a evitar um maior comprometimento de sua qualidade e quantidade.

Outro diferencial é que o Comitê conta, desde 2002, com Agência de Bacia e, a partir de 2012, contará com a implantação da cobrança pelo uso da água. Enfatizado que a criação da Agência de Bacia conta com muitos fatores negativos, essa entidade tem funcionado apenas com três integrantes e conta com parcos recursos, sendo que a maior contribuição é do município de São Paulo. Objetiva-se, com a cobrança, formar um corpo de funcionários. Foi salientada a preocupação com a formação do Conselho, visto que os recursos só podem ser usados de acordo com o Plano de Bacia, após aprovação do conselho.

No caso do Alto Tietê foram elencados os seguintes desafios futuros:

1- Abastecimento de Água: busca de novos mananciais e manutenção dos atuais;

2- Esgotos Sanitários: ampliação da rede de coleta e tratamento de esgoto;

3- Resíduos Sólidos: redução da geração dos resíduos sólidos e destinação final adequada;

4- Drenagem Urbana: medidas estruturais e não estruturais para disciplinar e conter as águas;

5- Mananciais da BHAT: proteção e recuperação ambiental dos mananciais, melhoria das condições socioambientais nas áreas de mananciais e correção das fontes de poluição hídrica.

Após as apresentações, foi composta mesa (coordenadores e expositores) e aberta a palavra também para os demais participantes. Foram então ressaltados os seguintes pontos:

- A importância da viabilização de Planos de Bacia mais objetivos, que contenham metas passíveis de serem alcançadas através de ações locais, tornando-se, dessa forma, material norteador de políticas públicas.
- Atualmente têm-se Planos de Bacias subjetivos que contêm o "ideal", que nem sempre é factível às realidades: se é preciso alcançar 100% do esgotamento, no Plano devem constar quais ações, quais as etapas e qual o tempo necessário para cada uma delas.
- Dessa forma, o Plano deve ser considerado no Plano Plurianual (PPA), ainda com adequação dos Planos de Resíduos, de Saneamento, etc. Importante é que o documento torne-se lei, sendo efetivamente um instrumento a ser considerado pelas diversas instâncias de Governo, em especial, no tocante ao planejamento das políticas públicas.
- Assim, inclusive os recursos seriam melhor direcionados. Muitas vezes as instâncias de Governo recebem recursos que são aplicados sem considerar as prioridades dos Planos.
- Apesar dos Comitês contarem com a presença de prefeituras em seu colegiado, por vezes intervir nas políticas locais é algo muito distante das realidades.
- Foi comentado que os CBHs ainda estão muito centrados no uso dos recursos, em especial do FEHIDRO, sendo as plenárias mais lotadas as de liberação de recursos. Também foi sugerido que se estude a possibilidade destes recursos terem como prioridade a viabilização de planejamentos, tendo em vista que são de fundamental importância para o avanço na gestão dos recursos hídricos, além dos recursos do FEHIDRO não serem de grande monta.
- Registrou-se a citação de que um dos grandes desafios ainda é fortalecer os CBHs, passando necessariamente pela divulgação à sociedade. Apesar dos Comitês já entrarem na pauta de algumas mídias, é necessário intensificar a divulgação das informações, visto que é de extrema importância que a sociedade em geral entenda e conheça o trabalho dos Comitês.
- Houve consenso que, na trajetória dos SIGRH, existem avanços reais como, por exemplo, a questão da participação democrática dentro das instâncias do Sistema, a conscientização que foi sendo amadurecida no processo de apreensão e adequação à Lei nestes 20 anos, a educação ambiental, que hoje é tratada como parte do processo e não se finda nela mesma (através dos diversos projetos viabilizados).
- A revisão do manual do FEHIDRO foi definida como muito importante, porque as regras do Fundo estão engessadas e acabam por emperrar a viabilização de vários empreendimentos.

- Por fim, a Cobrança foi vista como uma grande evolução. A informação e elucidação do processo de Cobrança é muito importante, uma vez que, a partir do conhecimento, perde-se o "medo" de lidar com essa questão, que ainda não está clara. É necessário que se viabilizem conversas francas, onde se pontuem os prós e contras, não apenas para implantar por apenas implantar. Importante é amadurecer e sempre pontuar dois olhares: o econômico e o de valoração dos recursos hídricos.

Observações Complementares e Comentários Gerais:

Verificou-se que a maioria das apresentações destacou intervenções e obras em saneamento básico, identificadas como principal frente estrutural em favor dos recursos hídricos. Como consequência, coloca-se em pauta a necessidade de articulações intersetoriais e interinstitucionais consistentes, para que os planos de bacias definam diretrizes e orientem intervenções deste setor, que não devem ser estabelecidas de forma pontual e dispersa, mas sim definidas mediante uma visão regional das UGRHIs.

Dada a relevância estadual e nacional da bacia do Alto Tietê, houve sua relativa prevalência, com a menção de que a visão regional deve prevalecer sobre os sub-comitês que estão constituídos, com vistas a soluções coletivas no âmbito dessa UGRHI.

Contando com tais observações, outro desafio das articulações interinstitucionais refere-se à convergência e integração entre Planos Diretores Municipais, planos de saneamento – incluindo água, esgotos, resíduos sólidos e drenagem –, além de localização e condicionantes para atividades ligadas aos demais setores, como o agropecuário, industrial e demais.

3.1.2. Oficina do dia 23/nov/2011

Como informação geral sobre como operaram todos os GTs, esta segunda Oficina foi organizada com base na listagem, em papéis de parede, dos **desafios** e respectivas **propostas** formuladas, com os GTs divididos em subgrupos, mesclando os comitês presentes, para abordar cinco temáticas, a saber: o SIGRH/SP, os Instrumentos de Gestão, os Planos Estadual de Recursos Hídricos e de UGRHIs, o funcionamento do FEHIDRO e ações de comunicação social, interna e externa ao Sistema.

Sob tal forma de atuação, a Sub-Relatora do GT 01, Márcia Chaves, anotou os seguintes resultados e observações finais, que seguem transcritas.

> Salientado pelos integrantes do GT 01 que, tendo em vista o pouco tempo para as discussões, não foi possível ao grupo pontuar/relacionar uma proposta para cada desafio. Ao final dos trabalhos dos subgrupos foi solicitado pelos integrantes que os pontos fossem discutidos, para que o sub-relator realmente apresentasse pontos que refletissem os posicionamentos do GT 01.
>
> Assim, foram registrados os seguintes pontos ressaltados como desafios e propostas:
>
> **SIGRH:**
>
> - Manutenção e aprimoramento da articulação entre os colegiados.
> - Viabilização e garantia, através de subsídios, da participação da sociedade civil em todos os eventos e reuniões dos colegiados.

- Representação de todos os segmentos de forma mais participativa, bem como garantia de que os técnicos tenham conhecimento dos assuntos, sejam preparados para colaborar com os trabalhos.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO

- Sistema de informação: melhorar acesso aos dados de cadastro para consulta.
- Outorga: o DAEE deve fazer convênio para planos de ação de conscientização e auxílio para elaboração de projetos de outorga. Os órgãos devem ser também colaboradores\parceiros e não apenas fiscalizadores; visando agilidade. É importante a descentralização da emissão de outorgas.
- Monitoramento: necessária melhoria estrutural, tanto técnica, como de mão de obra, física, financeira, equipamentos, etc.
- Enquadramento: mobilização dos CBHs para iniciar estudos para o enquadramento.

PERH E PLANO DE BAICAS HIDROGRÁFICAS

- Anteriormente às oficinas do PERH, viabilizar reuniões técnicas para discutir o Relatório de Situação, com o intuito a embasar as referidas reuniões, possibilitando encontros com discussões mais amadurecidas.
- Disponibilização de dados pelos órgãos/instâncias.
- Integração entre os Planos de Saneamento, Resíduos, Plurianual, etc (importante convergir).
- Planos de Bacias com ações de curto prazo de forma objetiva, contendo ações exeqüíveis.

FEHIDRO

- Melhoria da elaboração dos projetos.
- Necessidade de conhecimento das finalizações dos empreendimentos.
- Demanda induzida deve ser estabelecida pelos Comitês (localmente), tendo o Plano de Bacias como o norte principal para a liberação de recursos.

COMUNICAÇÃO

- Melhoria e atualização do atual sistema de comunicação interna.
- Vinculação da liberação dos recursos à divulgação da origem via Comitê (muitas vezes a divulgação de determinada ação coloca apenas as prefeituras, por exemplo, como agentes da iniciativa – é necessário que os Comitês sejam também citados).
- Vinculação do município verde como pré-requisito para liberação de recursos.
- Viabilização de um profissional (assessor de imprensa/comunicação) por Comitê, com o respectivo investimento de recurso.

Observações Complementares e Comentários Gerais:

A leitura deste primeiro sub-relato da segunda Oficina permite identificar que, de fato, houve pouco tempo para que fossem formuladas, de modo mais consistente, propostas de ações abrangendo as temáticas listadas, sempre com a intenção de traçar novos avanços em favor da gestão de recursos hídricos em São Paulo.

Dentre as propostas, algumas são pontuais e específicas, enquanto outras apresentam o perfil de diretrizes genéricas. Ademais, não se percebe uma forma conjunta de como se poderia articular todos os temas, com vistas à definição de uma estratégia para que ocorram executivamente os avanços desejados para a perspectiva de futuro do SIGRH/SP.

Como resultado, a SSRH deve reprogramar novos trabalhos, tanto no que tange a novas consultas coletivas e notícias àqueles que participaram desse evento para avaliação do Sistema, como também consultar especialistas – em oficinas "fechadas"- que apresentem visões mais amplas e experientes, com potenciais trabalhos que contribuam para que as propostas coletivas sejam sistematizadas e, na sequência transformadas em uma estratégia consistente para um Plano de Trabalho.

3.2. Grupo 02: CBHs PCJ, BT, PP e Pardo

3.2.1. Oficina do dia 21/nov/2011

Coordenador: Eliseu Itiro Ayabe – DAEE/SSRH

Sub-Relatora: Ana Maria Gennari

A sub-relatora Ana Maria anotou os tópicos seguintes, inicialmente apresentados pelo representante do **COMITÊ DA BACIA DO PCJ**, já com 18 anos de existência.

Características Gerais:

- bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiaí, localizadas na região centro-oeste de SP, como uma única unidade de gerenciamento;

- Área de 15.303,67 km^2, com 92,6% em SP e 7,4% MG;

- População: 5,3 milhões de habitantes em SP e 60 mil em MG;

- Concentração de 5% do PIB brasileiro.

- Cada ente federativo (União, SP e MG), possui o respectivo comitê de bacia hidrográfica, com SP contando com 51 membros, e MG com apenas 12 membros;

- No âmbito federal, os comitês foram sobrepostos, contando com 50 membros, sendo que, na prática, os comitês atuam conjuntamente: Comitês PCJ.

Os referidos colegiados adotaram essa forma de atuação conjunta, sem necessidade de previsão legal (Estados ou União) acerca da matéria. Também não foi preciso firmar convênios ou contratos entre os entes da federação envolvidos.

Os regimentos dos três CBHs normatizam acerca da atuação conjunta. Foi uma decisão dos colegiados. Os três CBHs se reuniram e decidiram que as câmaras técnicas também seriam conjuntas. Assim, os Comitês PCJ contam com: Plenário; Diretoria Colegiada; Secretaria Executiva (Agência de Bacias PCJ); Consórcio PCJ e Câmaras Técnicas (12).

Fontes de Recursos:

1994 – FEHIDRO;

2000 – FEHIDRO + cobrança federal;

2007 – FEHIDRO + cobrança federal + cobrança paulista;

2010 – FEHIDRO + cobrança federal + cobrança paulista + cobrança mineira.

A cobrança paulista representa 18% do que é arrecadado na Bacia.

Comunicação:

- Reuniões dos Comitês PCJ podem ser assistidas pela internet ao vivo;

- SIG e WEB SIG;

- está em planejamento TV PCJ.

Desafios:

- enquadramento dos corpos d'água a ser implementado (o Plano, inclusive, prevê a implementação);

- fazer com que a outorga e o licenciamento se integrem;

- monitoramento hídrico;

- implementação de planos de bacias com: elaboração de Programa para efetivação; acompanhamento das ações e investimentos; identificação de dificuldades dos executores e tomadores; desenvolvimento de um programa de comunicação; realização do balanço anual do cumprimento de metas; e, negociação dos arranjos institucionais e parcerias necessárias.

Na sequência, houve a apresentação do **CBH PONTAL DO PARANAPANEMA**, criado em junho de 1996, com os tópicos seguintes.

Representação:

- 13 membros de cada segmento (Estado, Município e sociedade civil);

- possui três câmaras técnicas;

- está na UGRHI 22 e possui 4 unidades de planejamento de recursos hídricos;

- a cobrança pelo uso dos recursos hídricos ainda não foi implementada;

- utilizam, desde a criação até o presente momento, recursos do FEHIDRO, advindos da compensação financeira paga pelo setor elétrico, com aportes de R$ 30.130.828,00, voltados à GESTÃO e obras, sendo que 90% foram para municípios da UGRHI, com tratamento de esgoto.

Comunicação:

- destaque para o SIG e WEB SIG em implementação.

Desafios:

- universalização do saneamento;

- recuperação das matas ciliares;

- monitoramento;

- reenquadramento dos corpos d'água;

- rio Santo Anastácio;

- evolução dos critérios de aplicação dos recursos do FEHIDRO;

- atenção com a contaminação por nitrato das águas subterrâneas.

Na terceira apresentação foram descritos tópicos do **CBH do Baixo Tietê**, que fará 20 anos em 2014.

Características gerais:

- nos últimos 5 a 6 anos houve alteração da ocupação do uso do solo, que reflete também nos recursos hídricos;

- está na região dos grandes lagos do Estado de SP;

- questões que podem gerar conflitos: hidrelétricas; hidrovia; milhares de loteamento às margens dos cursos d'água; e; piscicultura.

Aportes de recursos do FEHIDRO:

- esgoto (possui 86% do esgoto tratado);

- projetos para monitoramento dos corpos d'água; e,

- tratamento dos resíduos sólidos (97% com tratamento adequado).

Problemas:

- assoreamento dos corpos d'água, devido ao uso irregular;

- muitas destilarias de álcool que consomem grande quantidade de recursos hídricos;

- cobrança já foi aprovada, mas ainda não foi implementada (projeto está com agente técnico).

Por fim, foi apresentado o **CBH DO PARDO**, como UGRHI 4, com seu rio Pardo sendo o principal, com nascente em MG.

Características Gerais:

- 23 municípios com sede dentro da Bacia;

- a principal cidade é Ribeirão Preto;

- a Bacia está dividida em seis trechos para a gestão.

Aportes do FEHIDRO:

- Desde o início priorizou-se o saneamento;

- foi destacado que resíduos sólidos e planos de saneamento também eram problema;

- o CBH também investe na melhoria para que não haja perda de água no abastecimento, pois só a Sabesp não apresentava grandes perdas;

- a partir de 2000 foi iniciado o funcionamento da ETE Caicara;

- em 2003 foi iniciado o funcionamento da ETE Ribeirão, com o índice aumentando para 60% dos esgotos coletados (Relatório Um, 2007);

Evolução de Tratamento de Esgoto:

- em 1999, 17 municípios não tratavam esgotos;

- em 2007, 13 municípios não dispunham de sistema de tratamento; e,

- em 2011, apenas 6 municípios ainda não dispõem de sistema de tratamento.

2006 – percentual regional de 35,92%;

2010 – percentual regional de 74,8%.

Resíduos Sólidos:

1997 – 21 municípios se encontravam em condições inadequadas;

2011 – 4 municípios estão em situação controlada e apenas 2 municípios encontram-se em condições inadequadas.

Desafios:

- preservação de áreas remanescentes de cerrado, de matas ciliares e ações de recomposição florestal;

- contemplar medidas mitigadoras dos impactos decorrentes do uso desordenado do solo (assoreamento);

- apoiar, acompanhar e desenvolver iniciativas em educação ambiental visando a gestão integrada de recursos hídricos com enfoque sistêmico e da sustentabilidade;

- necessidade de definição e proposição de uma rede hidrometeorológica para que se possa oferecer dados mais elaborados de forma a subsidiar o planejamento;

- necessidade da adoção de uma série de ações, medidas e políticas, norteando e articulando programas de prevenção e defesa contra a erosão;

- Plano da Bacia efetivamente implementado;

- reforçar o papel do agente técnico;

- fomentar a divulgação, participação, comprometimento e representatividade nos CBHs; e,

- suprir o sistema com pessoal qualificado.

Observações Complementares e Comentários Gerais:

Segundo a sub-relatora, nos debates posteriores às apresentações foi feito um elogio à participação do Ministério Público, que se fez presente por um membro que atua no CBH-PCJ. O Promotor respondeu enfatizando que o MP está criando novas regionais para atuar especificamente na área de meio ambiente e recursos hídricos, inclusive em Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado.

Destacou-se a necessidade de discussão do Manual do FEHIDRO para as agências de bacias. Também foi ressaltada a necessidade do Estado atentar para a questão de comitês com a participação de mais de um ente federativo – p. ex.: comitês de integração.

Por fim, o MP fez questão de salientar a proposta do CBH-PCJ, acerca da necessidade de subordinação do licenciamento e da outorga ao plano da bacia.

Quanto às observações complementares e comentários gerais, novamente verificou-se que a maioria das apresentações destacou intervenções e obras em saneamento básico, identificadas como principal frente estrutural em favor dos recursos hídricos. Portanto, já como mencionado no GT 01, coloca-se em pauta a necessidade de articulações intersetoriais e interinstitucionais consistentes, para que os planos de bacias definam diretrizes e orientem intervenções deste setor, que não devem ser estabelecidas de forma pontual e dispersa, mas sim definidas mediante uma visão regional das UGRHIs.

No caso deste GT 02, cabe mencionar que o CBH do PCJ se coloca como uma das principais referências do país, com atual ênfase do reenquadramento dos corpos d'água, de forma realista e factível, para o qual se exigem avanços no monitoramento hidrológico e na identificação de pontos críticos em balanços hídricos – de quantidade e qualidade –, até que se chegue a metas anuais progressivas que poderão ser alcançadas.

3.2.2. Oficina do dia 23/nov/2011

Seguindo com o GT 02, de acordo com o sub-relatório foram anotados os seguintes desafios e propostas, transcritas na sequência:

SIGRH/SP	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
Incentivar e ampliar a participação da sociedade civil.	Custear a participação de representantes da sociedade civil nas reuniões do sistema.
Incentivar a participação dos prefeitos municipais.	Criar mecanismos legais de participação efetiva, vinculados a repasses de recursos estaduais.
Criar mecanismos de suporte aos Comitês.	Avaliar a criação de agências ou a atuação do CORHI descentralizado ou agregar Comitês com as agências existentes

INSTRUMENTOS DE GESTÃO	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
Aprimorar sistema de informação	Aprimorar o SIGRH constituindo um sistema integrado de informação de todos os atores envolvidos com banco de dados georreferenciado.
Universalização da Outorga	Delegação aos municípios da gestão de recursos hídricos, com interesse exclusivamente local e descentralização das

	outorgas no âmbito do DAEE.
	Vincular a Outorga à criticidade da bacia, definida pelo Plano de Bacia, por meio da proposta de enquadramento.
Universalizar a cobrança como instrumento de gestão	Instituir em todos os Comitês, incluindo a cobrança rural.
Ampliar e modernizar a rede existente de monitoramento	Integrar as redes de monitoramento existentes e elaborar planos de monitoramento por UGRHI.
Atualizar o enquadramento dos corpos hídricos do Estado de São Paulo	Fazer com que os planos de bacia sejam atualizados incluindo as propostas de enquadramento e devidamente aprovados nas instâncias legais.

PERH E PLANOS DE BACIAS	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
Aprimorar o processo de planejamento de Recursos Hídricos no Estado.	Plano Estadual como definidor de estratégias macrorregionais pactuadas com os planos de bacias.
	Planos de bacia como definidor das ações locais em conformidade com as diretrizes estaduais.
Aplicar os princípios de Governança e Governabilidade na elaboração e implementação do Plano Estadual e dos Planos de Bacias.	Prever a utilização de tecnologias e ferramentas adequadas, pessoal técnico capacitado envolvendo um amplo processo de negociação e pactuação.
Integrar o Planejamento de Recursos Hídricos e o Planejamento Municipal.	Criar mecanismos que permitam a interação entre os Planos Diretores e outros planos municipais com os Planos de Bacias, como condicionante para os repasses financeiros

FEHIDRO	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
Acompanhar e avaliar a execução dos	Descentralizar, agilizar e desburocratizar o

projetos, a aplicação dos recursos e a concretização dos resultados.	trâmite dos projetos.
	Permitir o acesso às informações do SINFEHIDRO de forma amigável.
	Permitir o acesso aos estudos e projetos concluídos, desenvolvidos com recursos do FEHIDRO.
Regulamentar os gastos de custeio das agências de bacia.	Criar manual específico de custeio para as agências de Bacia.
Melhorar a atuação das secretarias executivas.	Atualizar os valores de custeio das secretarias executivas.
Agilizar a utilização dos recursos do FEHIDRO pelas agências de bacia e os órgãos que são agentes técnicos enquanto tomadores.	Dar autonomia as agências de bacia e aos órgãos que são agentes técnicos quando forem tomadores de recursos do FEHIDRO, dispensando-se nesses casos da intervenção de Agente Técnico.

COMUNICAÇÃO	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
Publicizar as ações de gestão dos Comitês de Bacias para a sociedade.	Instituição de assessoria de comunicação aos Comitês.
Ampliar e melhorar a comunicação.	Manter atualizado o site do SIGRH, ajustando as informações disponibilizadas, sua interface e endereço eletrônico.
Dar transparência ao uso dos recursos do FEHIDRO e de Cobrança.	Criar interface de consulta livre ao SINFEHIDRO.
Facilitar o acesso aos Planos pelos diferentes públicos.	Criar linguagens diferenciadas para os diversos segmentos da sociedade para divulgação dos Planos de Bacia e Estadual.

Observações Complementares e Comentários Gerais:

Quanto a este GT 02, mesmo tendo pouco tempo para que fossem formuladas todas as propostas de ações abrangendo as temáticas listadas, percebe-se que houve maior objetividade, notadamente quando tratados o PERH e os Planos de Bacias, que podem propiciar a organização geral das frentes de trabalho, incluindo:

— estudos de avaliação, programas e projetos sobre aspectos institucionais a serem revisados (SINGRH);

— avanços e aprimoramentos dos Instrumentos de Gestão, sempre com vinculação entre dados mais consistentes sobre disponibilidades e demandas e propostas factíveis de reenquadramento dos corpos d'água;

— uma reengenharia dos procedimentos do FEHIDRO; e,

— iniciativas para maior comunicação com a sociedade.

Com efeito, não predominaram propostas centradas em questões muito pontuais, mas sim vinculadas às temáticas e aos desafios, de forma mais abrangente e estratégica.

3.3. Grupo 03: CBHs MOGI, ALPA, TB e SJD

3.3.1. Oficina do dia 21/nov/2011

Coordenador: Everton – IPÁGUAS/PR

Sub-Relator: Wagner

Seguem transcritas as anotações do Sub-relator, sobre a Oficina do dia 21/nov, com base nos tópicos seguintes:

AVANÇOS

Foi identificada relação entre a Política Estadual de Recursos Hídricos e seus instrumentos de gestão (plano estadual, planos de bacia, relatórios de situação, etc.) e avanços na melhoria da qualidade dos recursos hídricos, ou seja, a criação da lei e sua paulatina e efetiva execução foram fundamentais na gestão dos recursos hídricos, conforme alguns indicadores apresentados pelos representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica que apontam melhorias na coleta e tratamento de esgoto e no abastecimento de água.

Foi reconhecida a importância dos Comitês de Bacia Hidrográfica, como espaços de articulação entre Estado, municípios e sociedade civil.

Foi citado que a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema Integrado e seus instrumentos de gestão ensinaram os Comitês de Bacia Hidrográfica a planejarem.

Foi ressaltada a importância dos Planos de Bacia Hidrográfica na identificação das demandas e na busca de recursos financeiros para atender tais demandas. Com o amadurecimento do Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos, observaram-se uma concomitante melhoria na qualidade dos projetos apresentados aos Comitês de Bacia Hidrográfica e, conseqüentemente, no atendimento das demandas.

Foi comentado que a credibilidade atingida pelo Sistema Integrado de Recursos Hídricos, sobretudo pelo fato do mesmo apresentar processos participativos e composição tripartite.

A respeito dos Comitês de Bacia Hidrográfica, foi ressaltado positivamente o fato dos mesmos não serem partidários.

A interface entre os planos de bacia hidrográfica e os planos diretores e os planos de saneamento foram considerados de grande importância.

DESAFIOS

Foram identificados desafios com relação à mobilização dos três segmentos (Estado, municípios e sociedade civil), com o intuito de aumentar e consolidar a atuação dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Foi destacada a necessidade de aumentar e capacitar os recursos humanos.

Foram verificadas dificuldades na elaboração dos projetos e na entrega de documentos por parte dos tomadores de recursos financeiros.

Sobre a comunicação externa, ressaltaram que o Sistema comunica-se mal com atores externos, desse modo, a sociedade em geral fica à parte do processo de gestão dos recursos hídricos. Destacaram a necessidade de iniciar/intensificar o diálogo com a sociedade para capilarizar todas as questões discutidas no âmbito da gestão das águas.

Observações Complementares e Comentários Gerais:

A par das anotações apresentadas, a exemplo da maioria dos demais grupos de trabalho, no GT 03 também foram destacadas obras e metas do setor saneamento como soluções concretas em favos da gestão dos recursos hídricos.

Neste sentido, como a demanda por investimentos ainda é bastante elevada, colocou-se como necessária a definição de prioridades, sempre mediante comparativos entre os resultados a serem alcançados, em termos de melhoria das disponibilidades hídricas e resolução de conflitos e de riscos.

A propósito dessa abordagem, ocorreu um debate entre posições contrárias, uma a favor de tentar atender às inúmeras demandas sobre recursos do FEHIDRO, sem restrições a eventuais dispersões, e outra recomendando um foco maior em áreas críticas e nas prioridades que devem ser identificadas e estabelecidas.

Neste sentido, sobe a importância dos planos de bacias e também do PERH ganharem maior consistência, com vistas a uma implementação de médio e longo prazo e de suas atuações prioritárias em áreas críticas.

3.3.2. Oficina do dia 23/nov/2011

De acordo com o sub-relator Wagner, os seguintes desafios e respectivas propostas foram definidos pelo GT 03:

SIGRH/SP	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
- Composição centralizada. - Maior integração da sociedade civil e municípios do Sistema. - Transparência dos representantes do CRH e CORHI dentro dos colegiados.	- ações mais descentralizadas. - divulgação das decisões. - privilegiar os municípios que participam efetivamente do CBH, por meio de pontuação da hierarquização dos projetos. - utilizar a divisão das bacias hidrográficas como base da divisão administrativa do

	Estado. - regulamentação da lei que estabelece incentivos à participação da sociedade civil

INSTRUMENTOS DE GESTÃO	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
- melhorar monitoramento quali/quantitativo dos recursos hídricos. - implantar Cobrança em todos os CBHs. - exigir cumprimento da legislação.	- contratação de recursos humanos. - aumentar pontos de monitoramento.

PERH E PLANO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
- Atualização e implantação/aplicação dos planos de bacia.	- atualizar os planos de bacia integrados ao PERH, de forma mais didática e condizente com a realidade da UGRHI (planos factíveis).

FEHIDRO	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
- Indução dos CBHs para que os projetos correspondam às prioridades e metas estabelecidas nos Planos de Bacia, estabelecendo uma porcentagem dos recursos como demanda induzida. - Os CBHs acompanharem efetivamente os projetos desde a formulação, avaliação, implantação e encerramento; com a devida prestação de contas.	1 – que todos os CBHs estabeleçam a porcentagem para demandas induzidas. 2 – redução do tempo para liberação da primeira parcela dos recursos. 3 – estabelecer relatórios periódicos sobre o andamento dos projetos.

COMUNICAÇÃO:	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
- Comunicação Interna: Melhorias no SINFEHIDRO	Divulgação de forma efetiva das informações e dados que chegam ao CBH, aos membros das câmaras técnicas, tomadores de recursos,

	demais segmentos e a sociedade em geral.
- Comunicação Externa: Criação de campanhas publicitárias (regional, em bacias hidrográficas ou estadual), para divulgação das ações dos CBHs.	- contratação de assessoria de imprensa. - contratação de agência publicitária para divulgação. - criação de agência de bacia com corpo técnico especializado.

Observações Complementares e Comentários Gerais:

A par das dificuldades advindas do pouco tempo estabelecido para estes debates da Oficina do dia 23/nov, tal como já mencionado quanto ao GT 01, muitas das propostas apresentadas para avanços futuros do SIGRH/SP mostram-se pontuais e específicas.

Essa forma de abordagem não chega ao devido patamar de uma visão estratégica e de conjunto entre o Sistema de Gestão e seus Instrumentos, que devem ter repercussões objetivas sobre os programas e ações dos planos de bacias e do próprio PERH, além de gerar demandas mais organizadas e hierarquizadas sobre aportes financeiros do FEHIDRO.

Por fim, no que tange à Comunicação, por certo que se deve informar à sociedade sobre os resultados já alcançados, desafios e avanços em favor do SIGRH/SP, todavia, com a maior vinculação sobre a realidade do funcionamento do Sistema de Gestão estabelecido.

3.4. Grupo 04: CBHs SMT, TJ, BPG e MP

3.4.1. Oficina do dia 21/nov/2011

Coordenador: Julio Thadeu – SRHU/MMA

Sub-Relator: Ricardo M. Casetta

O sub-relator Ricardo anotou os tópicos seguintes, inicialmente apresentados pelo **COMITÊ BPG**.

Características e Notas Gerais:

- O Comitê possuiu formação tripartite até julho/2009; depois seguiu a legislação nacional (Lei nº 9.433/97), tendo hoje 40 membros, sendo: 16 Estado / União / Municípios (7 Estado, 1 União, 8 Municípios); 16 Usuários; 8 Sociedade Civil.

- Foram apresentados dados geográficos, disponibilidade hídrica, principais cursos d'água, cobertura vegetal e dados socioeconômicos.

- Meta do comitê: tratar 100% do esgoto produzido (meta existente desde 1997).

- Metade dos municípios integrantes do Comitê é atendida pela SABESP.

- Do total distribuído pelo FEHIDRO, 57% foi para tratamento de esgoto.

Outras prioridades e observações:

- Drenagem urbana.

- Adequação de aterros sanitários.

- O recurso do FEHIDRO é pouco para tratamento de esgoto na bacia.

- Acredita-se no Sistema, mas faltam recursos financeiros.

- Considera-se o processo de financiamento um pouco moroso, sugerindo-se melhorar o trâmite tomador – agente técnico.

Na sequência, houve a apresentação do **COMITÊ TJ**, com as seguintes anotações.

Características Gerais da Bacia e Informações sobre o Comitê:

- No início, o Comitê focou na criação das CTs e na análise das solicitações para distribuição dos recursos do FEHIDRO.

- Meta do comitê: tratar 80% do esgoto produzido.

- O principal documento de orientação do comitê foi o Plano de Bacia, apenas elaborado de 2008-2011 (desde 2008 tem também o Relatório de Situação).

- O foco atual tem sido em melhorar os critérios de distribuição dos recursos do FEHIDRO.

- O principal foco dos empreendimentos é nos PDCs de tratamento de esgoto e de prevenção de eventos extremos (drenagem urbana).

FEHIDRO:

Foram apresentados diversos gráficos com análises sobre os investimentos do FEHIDRO.

- Foi observado que "os recursos do FEHIDRO não conseguem cobrir todas as necessidades".

- Hoje o direcionamento que o Comitê está dando aos recursos do FEHIDRO é mais no sentido de financiar projetos e estudos, para posterior execução com outras fontes de recursos.

- Entre 1996 e 2010 melhorou-se muito o tratamento de esgoto e a destinação de resíduos sólidos, além de recuperados 200 ha de cobertura vegetal.

Ações em andamento:

Dentre as principais ações em andamento, foram registradas:

- Criação de uma política de Educação Ambiental.

- Mapeamento do uso e ocupação do solo.

Ações futuras:

- Cobrança para 2012.

- Começar a discutir o enquadramento dos corpos hídricos.

- Melhorar a comunicação / divulgação.

Por fim, há o reconhecimento da necessidade de melhorar a estrutura de seu CBH.

A apresentação seguinte foi do **COMITÊ MP**, tal como segue.

Características e Notas Gerais:

- Comitê criado em 1994, motivado pela criação do CEIVAP.

- Possui 39 membros (tripartite), 3 CTs com 18 membros cada (também tripartite) e 1 GT para discutir a Cobrança (com 2 membros do Estado, 2 dos municípios e 4 dos usuários).

- Também foi criado um GT com 6 membros, especialmente para o Relatório de Situação.

- Foram apresentadas as características gerais da bacia.

- Elencados os desafios à época da instalação do comitê (1994): abastecimento de água de 88%, atendimento de esgoto doméstico em 80%, remoção de cargas domésticas em 21%, etc.

- existência de áreas de grande suscetibilidade à erosão, tanto que 65% dos investimentos do FEHIDRO estão indo para drenagem urbana (PDC 9) – controle de erosão, onde já foram investidos mais de R$ 19 milhões.

FEHIDRO:

- Foi demonstrado um detalhamento dos investimentos do FEHIDRO por PDC.

- A Cobrança está na fase de contratação de serviço de cadastro de usuários.

- Foi fornecido também um panorama atual de IQR, a proporção de esgoto coletado e a redução de carga orgânica – ainda é baixa a eficiência de tratamento de esgoto.

Desafios futuros:

- Implantar o Plano de Bacia.

- Mobilizar mais usuários e entidades civis.

- Aprovar a Cobrança.

- Capacitar melhor os membros do comitê.

- Contribuir com a articulação do CBH-Paranapanema.

Por fim, foi feita uma apresentação verbal pelo representante do **COMITÊ SMT**, de acordo com as anotações que seguem, do Sub-relator Ricardo.

Notas Gerais sobre o Histórico do Comitê:

- O CBH surge em agosto de 1995.

- As primeiras CTs criadas foram: CT Saneamento e EA e CT Planejamento em Recursos Hídricos.

- Depois surgem as CTs de PSA, de Cobrança, Florestal e de Proteção das Águas (a coordenação de todas as CTs é da sociedade civil).

- A revisão do Plano de Bacia, que teve grande envolvimento da sociedade civil, está em fase de conclusão.

- Em 2003 já havia sido criada a Fundação da Agência da Bacia.

Instrumentos de Gestão, FEHIDRO e Investimentos Prioritários:

- A Cobrança foi aprovada em dez/09 e iniciou em out/10, sendo de 6% a taxa de inadimplência na Cobrança.

- A situação em relação a saneamento ainda é crítica na bacia, tanto que muitos recursos do FEHIDRO ainda possuem essa destinação.

- Há um grande interesse em recuperar corredores ecológicos (a segunda maior preocupação do Plano de Bacia é a recuperação florestal).

- Outro ponto de interesse é rediscutir o enquadramento dos cursos d'água.

- Concluiu-se recentemente um diagnóstico completo de saneamento / resíduos sólidos e busca-se uma maior regionalização desses planos.

- Por fim, há também a preocupação com a área de recarga do Aquífero Guarani.

Observações Complementares e Comentários Gerais:

Durante o início dos debates deste GT 04 também foram destacadas intervenções em saneamento como prioritárias.

Contudo, os debates mudaram de foco, voltando-se principalmente para os Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos, com a menção de que deveriam ser aplicados em conjunto, contando com cadastros de outorga, dados hidrológicos e definição das metas de enquadramento dos corpos d'água.

Tal como consta nas notas do Sub-relator, o Coordenador do GT 04, Julio Thadeu, mencionou que o "Ato Convocatório é para facilitar o cadastro, mas a própria outorga é o instrumento obrigatório".

Assim, houve convergência de que o mais importante em gerenciamento de recursos hídricos é o cadastro de usuários, pois não se faz gestão se não se sabe o que se demanda de água. Sob tal entendimento, para melhor identificar os usuários, o Comitê do BPG cruzou os dados de cadastro com a base de lançamento de efluentes da CETESB.

Em relação à Cobrança, além da consistência do cadastramento de usuários, foi mencionada a necessidade de melhorar a divulgação desse Instrumento para trazer o usuário que está na ilegalidade.

Por fim, também foram destacados os encargos de fiscalização por parte do Estado, complementados pela vigilância da sociedade civil.

3.4.2. Oficina do dia 23/nov/2011

Seguem as anotações do Sub-relator sobre os desafios e respectivas propostas que foram apresentadas pelo GT 04:

SIGRH/SP	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
Melhorar a articulação entre os colegiados.	- Criar uma agenda unificada.
Aumentar o quórum.	- Frequência nos comitês passar a ter peso na distribuição de recursos. - Frequência nas reuniões de câmaras técnicas passarem a ter peso na distribuição de recursos.
Mudar a representatividade de CBHs e CRH	Alterar a composição para 50% estado / municípios e 50% sociedade civil / usuários.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
Reformular o SIGRH.	Tornar o SIGRH mais amigável.
	Criar sites com conteúdo definido pelos CBHs.
	Aumentar a capacidade física do SIGRH (ambiente virtual).
Melhorar a transparência do processo de outorga	Tornar público, disponibilizando na Internet, em tempo real.
	Revisar o banco de dados.
Melhorar a eficiência e efetividade da Cobrança	Revisar os mecanismos (Teto / Pub ser definido pelos CBHs)
Melhorar o banco de dados	Aumentar o número de pontos de monitoramento quanti e qualitativo.
	Atualizar mensalmente o banco de dados on-line.
	Disponibilizar os dados básicos em tempo

	real.
Iniciar a discussão sobre reenquadramento.	Realizar processos participativos por sub-bacias.
	CRHI definir os passos do reenquadramento.
Melhorar a eficiência e efetividade do SIGRH	Intergrar as informações dos vários interlocutores.

PERH E PLANO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
Sanar a falta de conhecimento sobre os diferentes planos.	Disponibilizar o plano de bacia no SIGRH.
	Criar e desenvolver metodologias para acompanhamento dos planos de Bacia
	Integrar os diversos instrumentos: plano de bacias, plano estadual, plano diretor municipal, plano de saneamento, etc.
	Tornar o relatório de situação claro e acessível.
Integrar os planos	Elaborar o PERH a partir dos planos de bacia.
	Incluir as ações definidas nos planos de bacia no orçamento do Estado.
	Incluir os planos de bacia e o PERH no planejamento do Estado.
Revisar o plano de bacias	Revisar a resolução do CRH para a elaboração dos novos planos de bacia.

FEHIDRO	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
Melhorar a eficiência na distribuição dos recursos.	Revisar os planos de bacia.
	Detalhar as ações / projetos para atender as prioridades estabelecidas no plano de bacia.
Melhorar o monitoramento dos resultados	Ser mais transparente.
	Realizar a contratação de agente técnico em

	tempo integral.
Melhorar o trâmite / reduzir a morosidade do processo.	Permitir que a agência de bacia seja agente técnico.
	Realizar a contratação de agente técnico em tempo integral.
	Ter maior rigidez no cumprimento do cronograma.
	Disponibilizar todos os projetos no SIGRH durante todo o processo.
Intensificar o acompanhamento de projetos e a sua conclusão.	Manter acervo de projetos, facilitando a consulta.

COMUNICAÇÃO	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
Realizar articulação com as diversas mídias	Instituir a assessoria de imprensa nos Comitês.
Melhorar a articulação entre os CBHs.	Promover encontros com maior frequência.
	Haver maior integração entre os entes do Estado.
Melhorar a utilização das redes sociais	Utilizar as novas tecnologias para integrar e capacitar os CBHs (vídeos, conferencias, transmissão on-line.
Melhorar a comunicação externa e fazer a interações entre os comitês e educação.	Inserir na educação formal os conceitos de SIGRH, em todos os níveis e na formação de professores.
	Divulgar as ações do CBH em linguagem mais acessível e especifica para cada segmento.
Internalizar os instrumentos de gestão de recursos hídricos pelo Estado	Manter diálogo efetivo entre as Secretarias de Estado.

Observações Complementares e Comentários Gerais:

Mesmo considerando certa singularidade deste GT 04, com a ênfase dos seus principais debates na Oficina do dia 21/nov/2011 tendo sido voltada aos Instrumentos de Gestão, as anotações explicitam certa dispersão, com repetições, trocas de temas e muitas indicações pontuais, o que demanda uma releitura e reorganização de muitas das propostas, inclusive no que tange a conceitos.

Por exemplo, consta nas anotações que o PERH deve ser elaborado "a partir dos planos de bacia", quando sua abordagem deve ser mais estratégica e com diretrizes voltadas à gestão do conjunto do território paulista, enquanto os planos locais de UGRHIs devem concentrar-se nas problemáticas locais.

Assim, novamente recomenda-se que a SSRH reprograme novos trabalhos, tanto no que tange a consultas coletivas e notícias àqueles que participaram do evento, como também mediante consulta a especialistas, em oficinas "fechadas" que colaborem para o ordenamento das propostas coletivas, que devem ser sistematizadas e, na sequência, transformadas em um Plano de Trabalho mais concreto e factível.

3.5. Grupo 05: CBHs PS, RB, BS, LN e SM

3.5.1. Oficina do dia 21/nov/2011

Coordenadora: Luiza de Marillac – IGAM/MG

Sub-Relator: Caio Zaplana

O GT 05 se reuniu sob a coordenação de Luiza de Marillac, Diretora de Planejamento do IGAM de Minas Gerais, contando com os cinco Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), tendo iniciado as apresentações pela Baixada Santista, segundo as anotações do Sub-relator Caio Zaplana.

Comitê da Baixada Santista

O CBH BS iniciou sua apresentação informando sobre seus dados principais, como data de criação e instalação, número de municípios e características específicas de cada um deles. Também foi apresentado um pequeno resumo dos investimentos advindos do FEHIDRO realizados nos últimos anos, classificando-os por PDCs.

Foi destacado que a Cobrança pelo uso da água no CBH da Baixada Santista já foi aprovada, e deverá ser iniciada em janeiro de 2012.

Dentre os principais desafios apontados pelo Comitê, destacam-se: a falta de um banco de dados confiável e completo que apóie as decisões do Comitê sobre os investimentos e prioridades; as habitações irregulares nas áreas de mananciais; a contaminação de rios e córregos; e, a demanda de água próxima do limite crítico, por conta do grande número de novos empreendimentos que o pré-sal está trazendo para a região.

Sendo assim, os desafios futuros são: melhorar a qualidade ambiental, relacionada á demanda industrial da região; promover a conservação e o uso sustentável da vegetação da Serra do Mar, dos manguezais e restingas; e, conseguir atender a demanda crescente de água potável, fruto do crescimento populacional gerado pelo pré-sal.

O Comitê ainda procura promover ações conjuntas com a Polícia Florestal e as Prefeituras para retirar famílias de locais irregulares, mostrando que os problemas ambientais que enfrentam são provenientes de problemas sociais, como a taxa de urbanização quase em 100% em algumas cidades da região.

Comitê do Ribeira do Iguape e Litoral Sul

A apresentação do CBH Ribeira do Iguape e Litoral Sul foi iniciada com um breve relato sobre as principais características da região, destacando a alta porcentagem de vegetação natural, que é de 66,2%, tendo apenas 71% de urbanização, mostrando assim, uma enorme diferença do CBH Baixada Santista, apresentado anteriormente.

O Comitê destacou que eles possuem um Sistema de Informações Georreferenciado que serve de apoio na tomada de decisões e no planejamento das ações do Comitê. Ainda, foi destacado que o FEHIDRO é uma fonte importante para a região, que é carente de recursos econômicos próprios e possui pouca representação política no Estado.

Outras ações destacadas foram: o suporte à Defesa Civil em eventos hidrológicos extremos, como as fortes chuvas, deslizamentos de terra e enchentes; e, os eventos de divulgação como a Semana da Água, congressos e seminários relacionados ao assunto.

Dentre os principais desafios do CBH RB foram citadas: a dificuldade em coletar e tratar o esgoto, melhorar a qualidade da água nos rios e córregos da região; os problemas de erosão e assoreamento; e, o combate aos eventos hidrológicos extremos, como as enchentes.

Sobre os desafios relativos ao SIGRH/SP, o Comitê apresentou a necessidade de aumentar a participação no colegiado, melhorar a articulação dentro do CBH, e com o Paraná, estada vizinho. Além disso, foi destacado que grande parte das ações do Plano Estadual e do Plano de Bacia não tem governabilidade pelo colegiado, por conta da falta de recursos.

Comitê Paulista do Paraíba do Sul

O Comitê Paulista do Paraíba do Sul iniciou sua apresentação com as características gerais do seu Comitê, apontando os principais municípios e dados gerais do CBH, como população total, etc.

Como principais ações, o CBH mostrou um gráfico com os investimentos do FEHIDRO nos últimos anos, separados por PDCs, além de mostrar também um plano de investimentos, com as metas elencadas, tendo e o Comitê agindo nas demandas menores, buscando a construção participativa desse plano de investimentos, juntamente com os municípios.

Os principais desafios apontados pelo CBH Paraíba do Sul são: a revisão do Plano de Bacia, visando a resolução de conflitos de interesses nas regiões industrializadas em relação à qualidade da água; a transposição de recursos hídricos para o Alto Tietê, relacionada a um compromisso sobre a quantidade de água transposta para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro; e, o cuidado com novos mananciais, uma vez que a qualidade e quantidade dos existentes já está comprometida.

Outro ponto importante citado foi a criação de um banco de dados próprio ao Comitê, para organizar os investimentos em prioridades e pontos críticos, de acordo com os PDCs, municípios e planos de sub-bacias, dentre outros fatores.

Comitê do Litoral Norte

Assim como os CBHs anteriores, o Litoral Norte iniciou sua apresentação mostrando suas características gerais, destacando os principais municípios e suas atividades econômicas. Foi citado que a UGRHI possui uma enorme vocação de preservação pelo grande número de áreas de proteção ambiental presentes.

A exemplo de outros CBHs dessa região, o Litoral Norte enfrenta um grande problema por conta do pré-sal, trazendo um crescimento populacional acelerado e, com isso, inúmero problemas socioambientais.

Segundo o plano de ação do CBH, eles buscam: a participação da comunidade na tomada de decisões através de oficinas; a elaboração dos planos municipais com acompanhamento por parte do Comitê; e, projetos de Educação Ambiental, para incentivar e conscientizar a população da região. Foi apontado o início da Cobrança pelo Uso da Água, como um instrumento que precisa ser colocado em prática no Comitê.

Ademais, dentre os principais desafios encontrados pelo Comitê estão: a demanda crítica de água em algumas regiões, por conta da alta densidade demográfica; a subutilização das águas subterrâneas, uma vez que as águas superficiais são as mais utilizadas e focadas no CBH; o saneamento em comunidades isoladas, pois os municípios da região possuem apenas cerca de 30% de esgoto tratado; e, o problema com resíduos sólidos, que é um componente comprometedor da qualidade da água.

Entre os projetos e ações realizadas, o Comitê destacou: a recuperação do lixão de Ilhabela; o Projeto Marinas, que regulamenta as marinas e a proteção das áreas costeiras; e, eventos e ações de educação ambiental em parceria com as comunidades.

Comitê da Serra da Mantiqueira

Como último Comitê a se apresentar, o CBH da Serra da Mantiqueira destacou que é o Comitê com menos municípios (três ao todo) de todos os comitês paulistas e, por conta disso, enfrenta muitos problemas particulares, como a dificuldade de realizar reuniões com o colegiado.

Como todos os outros CBHs, houve um breve relato de suas características gerais, com destaque para o grande número de unidade de conservação presentes na Serra da Mantiqueira.

Dentre os principais problemas destacados estão: o lixo e os planos de saneamento municipais; o esgoto doméstico que é pouco tratado; a erosão como deslizamentos de terra e o assoreamento; e, a falta de informações como suporte para tomada de decisões.

Os desafios futuros são: incentivar projetos locais e nas regiões rurais, onde estão concentrados os grandes problemas do CBH SM; a estação de esgoto de Campos do Jordão, que elevará a porcentagem de esgoto tratado para 50%; o plano de manejo das unidades de conservação da área; e, os níveis de tratamento de esgoto.

Observações Complementares e Comentários Gerais:

A propósito deste GT 05, cabe ressaltar que foi o único onde todos os comitês participantes são vizinhos, situados no litoral paulista.

Contando com tal localização e sujeitos aos rebatimentos dos grandes empreendimentos industriais relacionados ao Pré-sal, nota-se que muitos destacaram problemas comuns, como o grande e recente crescimento de suas populações, fato que tem gerado inúmeras ocupações irregulares, com impactos urbanísticos, ambientais e sobre os recursos hídricos.

Assim, contando com tal contexto regional, especialmente nos trechos mais ao norte, há demandas importantes para que seus planos de recursos hídricos sejam articulem com o uso e ocupação do solo, ou seja, com os Planos Diretores Municipais, com demandas para que ocorra uma fiscalização mais rigorosa, notadamente para evitar ocupações em áreas de risco, como encostas sujeitas a deslizamentos, sem esquecer de áreas de proteção ambiental, a exemplo de núcleos ainda existentes da mata atlântica.

Dado esse perfil regional e aspectos estratégicos para o Estado de São Paulo, fica claro que os planos destes CBHs locais devem receber aportes e ações complementares advindas do PERH/SP, tendo em vista a abrangência e a dinâmica comum que está atingindo o litoral paulista.

3.5.2. Oficina do dia 23/nov/2011

No que concerne aos debates da segunda Oficina, do dia 23/nov, o Sub-relator anotou os tópicos que seguem, com desafios e propostas:

SIGRH/SP	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
Democratizar participação da sociedade civil.	Eleição com todos os representantes dos CBHs. Divulgar o Decreto do Governo do Estado de 31/10/11 e implementá-lo.
Percentual de representatividade.	Adequação da Legislação Estadual à Federal.
Pequena representatividade.	Cumprir o estatuto (ausências).
Reunir CTs para discussão de assuntos comuns.	Articulação com os Coordenadores de CTs.
Não existe articulação CBH – CORHI – CRH.	Participação dos CBHs nas articulações do CORHI. CBHs serem ouvidos e participarem mais com seus representantes no CRH.
Participação da Sociedade Civil.	Financiável pelo Sistema. Mudar a composição do CRH para a participação da Sociedade Civil nos Comitês.

Indicação de representantes.	Representantes da região.
Criação do Fórum da Sociedade Civil/CBH.	O CRHi patrocinando e organizando o Fórum.
Falta de integração entre os colegiados.	Composição tripartite e igualitária.
Representatividade falha.	Maior articulação entre os segmentos.
Quorum problemático.	Rigor na freqüência e substituição dos membros faltantes.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
Criar sistema de monitoramento integrado.	Integrar dados das vertentes.
Dados não são acessíveis.	Universalizar as informações para a sociedade, com mais fácil entendimento.
Sistemas dispersos.	Sistema único georreferenciado, atualizados semestralmente. Revisão dos estatutos (regimentos) dos Comitês.
Outorga e licenciamento – Atendimento descentralizados (órgão gestor).	Força tarefa para Outorga móvel nas zonas rurais (órgão gestor). Aumento e capacitação do corpo técnico para atendimento à demanda.
Implantação do SIGRH – CBH abrangendo todas as bacias, e obtendo dados das diversas secretarias.	Implantação efetiva desse sistema.
Implantação e definição da cobrança rural.	Critérios e definições do CRH.
Sistema de Informações é falho.	Melhoria no site/ Boletins/ Comunicação com as mídias locais e regionais.
Mais agilidade e menos burocracia (outorga).	Mais técnicos.
Divergências e falta de divulgação da lei da Cobrança.	Melhorar a comunicação entre o Comitê e a comunidade em geral.
Faltam postos de coleta de dados (monitoramento).	Criação de postos de monitoramento em toda a bacia.
Não existe o enquadramento.	Criação/regulamentação através de lei.

Atualização do cadastro de outorga.	Contratação de mais recursos humanos.

PERH E PLANO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
Mais agilidade na análise (acompanhamento e implementação) e mais comunicação.	Disponibilizar mais técnicos e mais recursos para divulgação.
Integração efetiva entre o PERH e os Planos de Bacia.	Atualização constante do site do SIGRH. Os critérios do PERH devem constar também nos planos regionais.
Mais acesso e maior divulgação do Relatório de Situação.	Divulgação no site do SIGRH.
Agilização no Relatório de Situação, Indicadores e acompanhamento.	Melhorar os indicadores com sua identificação. Monitorar a evolução dos indicadores.
Integrar os planos de bacia das vertentes.	Discutir potencialidades e fragilidades em comum.
Manter a metodologia do PERH.	Aprimorá-la.

FEHIDRO	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
Melhorar definição dos PDCs.	Melhorar textos, priorizar, focar, não distribuir mesmas ações em vários PDCs.
Ações focadas no Plano.	Selecionar poucas ações, com maior investimento nas mesmas.
Demanda induzida fora dos interesses.	Demandas propostas pela Secretaria Executiva dos CBHs.
Visibilidade do acompanhamento dos projetos FEHIDRO e avaliação dos resultados.	FEHIDRO fornecendo também ao Comitê o andamento dos projetos. Comitê avaliará os resultados efetivos e divulgará.
Saneamento básico e Educação Ambiental.	Atingir a zona rural, áreas atingidas,

	massificar a educação ambiental através de todos os tipos de mídia.
A pulverização não está chegando com eficiência nas bacias.	Melhor aplicação dos recursos.
Demanda induzida deve ser muito bem analisada regionalmente.	Melhor acompanhamento das metas e prazos mais bem definidos.
Acompanhamento falho e sem rigor.	Acompanhamento do principio ao fim, prazos, metas e informações através do site.
Investimentos devem ser contemplados no plano.	Fazer cumprir as prioridades dentro dos planos de bacia.
Descentralização dos agentes técnicos.	Relatórios periódicos do andamento das análises de projetos.

COMUNICAÇÃO:	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
Difusão e disseminação de informações e atividades de cada CBH.	Site do SIGRH com link ou hospedando as informações e atividades de cada CBH.
Divulgação do Plano de Bacia.	Levar ao público através de eventos/reuniões/folders a existência do plano de bacia, tendo como público-alvo: escolas, organizações sociais, eventos, prefeitura, etc.
Melhorar a comunicação entre as CTs.	Melhoria na qualidade e na quantidade de informações.
Divulgar os CBH nos municípios e para a sociedade.	Criação de uma mídia massificada e comum a todos os comitês, padronizando informações e ações realizadas. Profissionalizar o serviço de comunicação (contratação). Utilizar novas mídias e linguagem adequada para os diferentes públicos.
Compartilhar links dos CBHs com todas as instituições.	Executar a ação.

Observações Complementares e Comentários Gerais:

Depois de haver predominado uma visão regional e conjunta na primeira Oficina, de 21/nov, dentre as inúmeras propostas que foram anotadas, em muitas predominam aspectos bastante pontuais, mesmo contando com outras que mantiveram uma visão mais abrangente e estratégica.

De fato, dentre certas dispersões que foram propostas, há inclusive contraposições, como manter a "representatividade tripartite e igualitária" ou "adequar a legislação estadual à federal", o que demanda, como no GT 04, uma releitura e reorganização de muitas das propostas apresentadas.

Desse modo, retorna a recomendação para que a SSRH reprograme novos trabalhos, em alguns casos com oficinas de cunho mais regional, onde problemas comuns a CBHs vizinhos poderão gerar propostas coletivas que digam respeito à sua tipologia de frentes de trabalho, com repercussões positivas sobre os planos de bacias e, também, com demandas comuns ao PERH/SP.

3.6. Grupo 06: CRH, COFEHIDRO e CORHI

3.6.1. Oficina do dia 21/nov/2011

Coordenador: Walter Tesch - Coordenador CRHi/SSRH

Sub-Relator: Carlos Eduardo S. Camargo - DAEE

De acordo com as anotações do Sub-relator Carlos Eduardo, seguem os principais pontos levantados nos debates dos GT 06, no dia 21/nov/11.

Primeiramente, houve um breve histórico da implantação do SIGRH no Estado de São Paulo. Na sequência, uma vez que os instrumentos de gestão possuem caráter sistêmico, com um instrumento subsidiando a efetivação do outro, o PBH deve prever a articulação e implementação desses instrumentos, tal como apontados nos itens seguintes:

- O sistema de informação (cadastro e monitoramento) possibilita a outorga, que possibilita a cobrança, que possibilita o planejamento e o rateio dos custos;
- O sistema de informação é fundamental para todos os outros instrumentos devido à importância da base de dados;
- Entendendo sistemas de informação como um conjunto de banco de dados, efetivar o sistema de informação como instrumento de gestão é primordial para a implantação dos demais instrumentos e, consequentemente, para a construção de Planos de Bacias contundentes.

Com isto posto, surgiu a questão principal referente aos Planos (PERH e PBH): Como transformar um documento técnico em um documento de decisão política?

- PERH 1994/1995 - uma das bases técnicas mais importantes na construção da gestão paulista;
- Necessária valoração da importância do PBH nas atualizações do PERH e imprescindível harmonização entre PERH e PBH, sempre tomando o PERH como estratégico - regional, e o PBH como operacional - local.

Em acréscimo, foram abordadas as devidas articulação da Políticas de Recursos Hídricos com outras políticas de governo (habitacional, saneamento, etc), para sintonia dos objetivos almejados.

— A integração das Políticas de Recursos Hídricos e Meio Ambiente se dá, de uma forma mais ampla, a partir do enquadramento de corpos d'água, sendo primordial para tanto, a articulação entre os órgãos gestores, de forma a atenderem o preceito de associação dos aspectos qualitativos e quantitativos, previstos na Lei Estadual nº 7663/91.

Por fim, houve a menção de que o FEHIDRO deve ser utilizado como ferramenta de apoio ao fortalecimento da política via implantação dos instrumentos de gestão.

Observações Complementares e Comentários Gerais:

Tendo este GT 06 um perfil mais singular, associado a visões mais abrangentes do Estado de São Paulo, em função de seus componentes integrarem os Conselhos de Recursos Hídricos e do FEHIDRO e o Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos, seus debates e observações foram diferenciadas dos demais grupos de trabalho.

Um dos aspectos mais relevantes foi a descrição sobre o histórico do perfil do PERH/SP, com suas abordagens voltadas a potenciais conflitos entre UGRHIs e a identificação de áreas de risco, que poderiam apresentar rebatimentos sobre o conjunto do Estado.

Neste sentido, tornou-se evidente que existe uma articulação necessária entre os três colegiados, com pautas do CRH incluindo aspectos do PERH/SP, objeto do CORHI, além de decisões relacionadas com prioridades de investimentos advindos do FEHIDRO.

Como consequência, coloca-se em pauta uma revisão das relações, competências e até da hierarquia entre os colegiados, uma vez que o Estado de São Paulo é o único com tais colegiados, enquanto os demais, inclusive o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, estabeleceram Câmaras Técnicas (CTs) para tratar mais especificamente de assuntos como o Plano Nacional de Recursos Hídricos e fontes de investimento.

Trata-se, portanto, de um dos aspectos relacionados à revisão e atualização do SIGRH/SP, quando o CORHI, por exemplo, poderia tornar-se uma CT do PERH/SP.

Em acréscimo, outra questão bastante relevante foi o perfil do DAEE/SP, como órgão gestor de recursos hídricos, atualmente com quadro técnico insuficiente e com a maioria de seus profissionais próximos à aposentadoria, sem renovação de quadros e repasse das importantes experiências e aprendizados acumulados em seus anos de atuação.

Isto significa que devem ser programados estudos de planejamento institucional estratégico para modernizar e fortalecer o órgão estadual de recursos hídricos de SP, caminhando na direção da atual referência no país – a Agência Nacional de Águas.

Por fim, também cabe uma revisão dos conceitos abordados pelo PERH/SP, uma vez que muitos aspectos estratégicos relevantes não constam desse Plano, a exemplo de Estudos da Macrometrópole Paulista, que trata de uma questão crucial para o conjunto do Estado, notadamente as alternativas para disponibilidades hídricas que atendam o Alto Tietê, o

complexo PCJ e a Baixada Santista, evitando conflitos e tensões hoje existentes, inclusive com estados vizinhos.

3.6.2. Oficina do dia 23/nov/2011

Quanto a Oficina do dia 23/nov, o Sub-relator anotou os tópicos que seguem, com a identificação de desafios e respectivas propostas:

SIGRH/SP	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
Articulações do SIGRH/SP	Fluir a informação entre os colegiados.
Clareza nas competências e atribuições.	Reavaliação das competências.
Resgate da representatividade dos segmentos.	Conscientização do seu papel no Sistema Debate da representatividade nos comitês.
Enriquecer as agendas.	Melhorar planejamento dos trabalhos e pautas compatíveis com desafios e competências.
Representatividade dos usuários diluída na sociedade civil.	Criar segmento de usuários.
Baixo quórum nas Câmaras Técnicas.	Promover a motivação com agendas compatíveis com plenários.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
Integrar a aplicação dos instrumentos.	Definir nos planos as diretrizes, estratégias, ações e responsabilidade para aplicação.
Aprimoramento dos instrumentos de gestão.	No contexto de reestruturação dos órgãos gestores.
Reestruturação dos órgãos gestores.	Infraestrutura técnica e pessoal. Ampliar terceirização e descentralização. Provocar a decisão política.
Articular sistema estadual e nacional de informação.	Ampliar ações integradas entre órgãos gestores estaduais e ANA.
Acesso amplo as informações e utilização de formato "amigável".	Desenvolver e implementar sistema de informações via órgãos gestores.
Universalização da Outorga e da Cobrança.	Adequação técnica e administrativa dos órgãos

	gestores.
Simplificar processo de outorga e criar diferentes níveis de exigências, conforme porte e demanda.	Desenvolvimento de normas especificas.

PERH E PLANO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
Fortalecer apoio técnico e administrativo das instâncias do SIGRH - órgãos gestores, secretaria executiva.	Investimentos em recursos humanos.
Ausência de base legal PERH.	Aprovação do PERH na ALESP
Maior articulação intersetorial.	Melhorar a participação dos demais setores.
Falta de recursos financeiros.	Implementar uma cobrança realista e buscar outras fontes. Na cobrança realista, considerar impactos nos usuários.
Diagnóstico realista dos recursos hídricos.	Melhoria do plano de bacias. Desenvolvimento de sistema de informações. Implementação das ações de acordo com as prioridades.
Programa e ações bem definidos e implementados.	Definição de custos, responsabilidade por ações, fontes de financiamento, orçamento e PPA compatíveis.
Conflitos entre bacias.	Abordagem especifica no PERH e negociações.
Relatório de situação.	Rever os indicadores para adequar a demanda dos Planos Estadual e de Bacias.

FEHIDRO	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
Divulgação do acompanhamento dos projetos para os colegiados e membros dos CBHs/CRH.	Relatórios semestrais gerados com subsídios dos responsáveis pela fiscalização.
Evitar pulverização de recursos.	Estabelecer limites mínimos de financiamento - projetos de abrangência regional.

Agilizar andamento dos processos.	Cumprimento dos prazos do MPO do FEHIDRO.
Facilitar procedimentos.	Rever procedimentos.
Reestruturação eficaz do sistema de agentes técnicos.	Redefinir agentes técnicos com capilaridade e estrutura compatível.
Aumentar investimentos em gestão com recursos do FEHIDRO e orçamentários.	Flexibilizar distribuição de recursos do FEHIDRO e gestão política para alocação dos recursos orçamentários.

COMUNICAÇÃO:	
DESAFIOS	**PROPOSTAS**
Aprimorar o sistema interno de comunicação.	Clareza e rapidez na divulgação, para todos os segmentos. Aprimorar o sistema de informações. Criar projeto de comunicação do SIGRH.
Melhor utilização dos meios de comunicação.	Produzir notícias (claras e objetivas) pelos colegiados. Criar projeto de comunicação do SIGRH.

Observações Complementares e Comentários Gerais:

Com debates e observações diferenciadas dos demais grupos de trabalho, percebe-se que os integrantes dos Conselhos Estadual e do FEHIDRO e do CORHI reúnem uma visão mais ampla sobre o SIGRH/SP, tanto em decorrência de seu histórico de atuação profissional e conhecimento de diferentes perfis regionais e dos comitês, quanto por iniciativas já tomadas para a identificação dos principais problemas e desafios a serem vencidos.

Com efeito, muitas das propostas advindas desse GT 06 apresentam convergências com recomendações do Relator Geral, que seguem apresentadas no próximo Cap. 4. Como exemplo, pode-se destacar:

- Reavaliação das competências dos colegiados, em especial, dos Conselhos.
- Criar segmento de usuários.
- Definir nos Planos Estadual e de Bacias as diretrizes, estratégias, ações e responsabilidade para aplicação dos Instrumentos de Gestão.
- Reestruturação dos órgãos gestores, com suas readequações técnica e administrativa.
- Para implementar os Planos, definição de custos, responsabilidade por ações, fontes de financiamento, orçamento e PPA compatíveis.
- Rever procedimentos do FEHIDRO, evitando dispersão de financiamentos.

Enfim, sem restrições às contribuições importantes oferecidas pelos demais GTs, sabe-se que alguns dos presentes nas reuniões dos Conselhos e do CORHI terão as responsabilidades de organizar os próximos caminhos e definir quais e como poderão ser implementadas as frentes de trabalho para que o SIGRH/SP apresente novos avanços.

4. Notas do Relator Geral e Recomendações para Novos Avanços do SIGRH/SP

Depois das inúmeras anotações advindas do Evento sobre os 20 anos da Lei Estadual nº 7663/91 e, também, do Relatório de Avaliação do SIGRH/SP, um dos principais encargos e preocupações resultantes refere-se à forma de organização das frentes de trabalho, que tratam desde aspectos muito específicos até outros de cunho mais abrangente e estratégico.

Assim, pergunta-se:- **qual o mecanismo que pode e deve organizar tais frentes de trabalho?**

Como resposta, em paralelo à atualização e aprimoramento dos Planos das UGRHIs, recomenda-se que o principal mecanismo para que ocorram novos avanços no SIGRH/SP seja o PERH/SP, a ser revisto em sua concepção, contendo os tópicos que seguem, além de um Marco Lógico, ligado a objetivos, metas, prazos e entidades responsáveis por sua execução e avaliação:

- Abordagens estratégicas nas relações com estados vizinhos e bacias hidrográficas compartilhadas, segundo a inserção macrorregional;
- Ações estruturais que extrapolam as capacidades e interesses locais;
- A transversalidade em problemas comuns aos diversos planos de bacias, notadamente para estabelecer linhas de crédito para tipologias de problemas definidos como prioritários para o Estado, tendo os planos locais como contrapartidas e executores;
- A efetiva implementação de IGs, incluindo: (i) na disponibilidade hídrica, o traçado de uma rede estratégica de monitoramento e os dados e informações quali-quantitativas; (ii) a atualização e a complementação do cadastramento de usos e usuários das águas, mediante um mutirão estadual; e, (iii) o desenvolvimento de Sistemas de Apoio à Decisão (SADs), para que objetivos e metas relacionadas aos recursos hídricos sejam traçadas;
- A coordenação regulatória com todos os setores usuários das águas;
- A identificação de outros Instrumentos Econômicos de Gestão (IEGs), a serem adotados de modo coerente e complementar ao da Cobrança pelo Uso da Água, a exemplo do PSA;
- Avaliação institucional do SIGRH/SP, segundo a Metodologia APEX;
- Com base nos resultados, a revisão da legislação e aprimoramentos institucionais do SIGRH/SP, com destaques para: (a) a figura jurídica das agências de bacias (hoje, centradas em fundação de direito privado), de modo a conferir maior atratividade aos usuários-pagadores e aos municípios; e, (b) o percentual de representatividade tripartite, com o reconhecimento de que a sociedade civil deve ser separada em termos de ONGs, usuários de recursos hídricos e outros segmentos;
- Definição de um programa para capacitação das instâncias e atores locais, associada à comunicação social e a iniciativas de programas de educação hídrica e ambiental;
- Uma estratégia interinstitucional para que o PERH/SP seja estabelecido como um Programa de Governo, a ser assumido, em termos executivos, pelos diversos setores, suas secretarias de estado e entidades vinculadas;

- Rever o traçado das UGRHIs, de modo estratégico e segundo a profundidade de problemas e da dinâmica dos comitês em atuação;
- Reengenharia dos procedimentos administrativos e burocráticos e dos fluxos financeiros do FEHIDRO;
- Definir aportes menos dispersos do FEHIDRO, mais centrados no PERH/SP, como complementar aos planos de bacias prioritárias, assim como definindo aportes em favor dos Instrumentos de Gestão, que atendem a todas as UGRHIs, a exemplo de um mutirão estadual para atualizar e complementar cadastro de usos e usuários das águas;
- Rever o COFEHIDRO e também o CORHI, que podem ser estabelecidos como Câmaras Técnicas do CRH/SP, para melhor acompanhamento e convergência de suas decisões e a devida hierarquização destes colegiados;
- Revisão dos procedimentos e diretrizes convergentes entre a outorga e o licenciamento ambiental; e,
- Convergência entre o PERH/SO e o ZEE, como também com os Planos Diretores Municipais, mediante a adoção de indicadores comuns e complementares, para conferir transversalidade à Política dos Recursos Hídricos.

Com efeito, entende-se que os planos das UGRHIs devem estabelecer as agendas prioritárias dos Comitês, com cada reunião seguinte equivalendo ao próximo passo de sua implementação.

De forma similar, o PERH/SP pode tornar-se o principal foco das agendas do CRH/SP, com programas e ações que atendam a todo o Estado, tanto no que concerne a demandas comuns e transversais às UGRHIs, quanto a aspectos estratégicos e da inserção macrorregional paulista.

Não se trata de um trabalho simples, mas sim que exige consultores especializados e experientes para tal organização complexa.

Como recomendação final, fica sugerida uma leitura detalhada do documento que foi elaborado pela ANA para o 6º Fórum Mundial da Água, relativo ao conceito e a procedimentos metodológicos da Gestão Integrada de Recursos Hídricos – a GIRH –, vista como o principal objetivo do SIGRH de São Paulo.

Anexo 01

Os momentos marcantes do SIGRH nos últimos 20 anos

Dentre os momentos marcantes que ocorreram no contexto do SIGRH/SP, foram especialmente anotados:

- Lei Estadual nº 7.663, aprovada em dezembro de 1991;
- Criação do FEHIDRO, também em 1991;
- Primeira publicação do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/SP), em 1991;
- Nova versão do PERH/SP, em 1996;
- Lei Estadual nº 10.020/98, autorizando o Governo do Estado a participar das Fundações de Direito Privado, a serem constituídas como figura jurídica das Agências das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHIs);
- A criação da Fundação Alto Tietê, em 1998;
- A cobrança voluntária pelo uso de recursos hídricos, no contexto do complexo das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ), em 1999;
- Lei Estadual nº 12.183, aprovada em dezembro de 2005, instituindo a Cobrança elo Uso da Água em corpos hídricos de domínio do Estado de São Paulo;
- Início efetivo da Cobrança estadual em 2007, no complexo PCJ;
- O Pacto das Águas celebrado em 2009;
- A constituição do Município Verde e/ou Azul;
- A aprovação da Lei Estadual Billings, sobre uso do solo e gestão de recursos hídricos, em 2009, com o fortalecimento da relação entre o sistema de gestão dos recursos hídricos do estado com iniciativas ligadas ao uso do solo e ações locais sob a jurisdição de prefeituras.
- A substituição do Consórcio PCJ, como entidade delegatária, pela Fundação Agência PCJ, em 2010;
- Avanços na consistência do enquadramento de corpos hídricos nas bacias do PCJ, no contexto do plano de recursos hídricos, em 2010;
- A aprovação da cobrança pelo uso da água no Médio Tietê/Sorocaba.

Tendo em vista tais momentos marcantes, a avaliação da Dra. Vanessa pautou 5 períodos marcantes, a saber:

- 1991 a 1994: caracterizado pela criação do arcabouço legal do SIGRH/SP e dos instrumentos do FEHIDRO, plano estadual de recursos hídricos e início da criação dos comitês de bacias;
- 1995 a 1999: criação de grande parte dos comitês de bacias e fortalecimento de outros instrumentos como o relatório de situação, plano de recursos hídricos e agencias de bacias;

- 2000 a 2004: debate e elaboraração do projeto de lei da Cobrança e aprovação do novo PERH/SP;
- 2005 a 2006: aprovação da lei da Cobrança e início de sua implementação;
- 2007 a 2010: apoio na implantação da cobrança e fortalecimento de outros instrumentos como os planos de bacia, enquadramento de corpos de água e a aproximação com os municípios.

Dessa maneira, cada período assinalado contribuiu de formas diferentes no fortalecimento e institucionalização do Sistema, onde a aprovação da Lei da Cobrança é referida como um marco para o SIGRH/SP, não obstante seu relativo atraso em relação à Cobrança em rios sob domínio da União, iniciada em 2003, no contexto da bacia do rio Paraíba do Sul.

De fato, o início da Cobrança em São Paulo, em 2007, conferiu nova dinâmica ao SIGRH.

Anexo 02

Resumo das Avaliações dos Entrevistados

Relatório da Dra. Vanessa Empinotti (out/2011)

Segue um resumo com anotações dos pontos mais significativos do Relatório, para efeitos comparativos e organização das propostas a serem consideradas.

1. SIGRH/SP: Funcionamento dos Colegiados do Sistema (Nota Média = 3,5)

a) Sociedade Civil – anotações mais relevantes:

- Espaços de negociação coerentes, dando exemplo de transparência e descentralização da gestão;
- O Estado centraliza as ações, a distribuição das vagas nos colegiados: não é tripartite;
- No CRH, muitas das questões estão sendo definidas por decreto e não são debatidas no conselho;
- Virou um colegiado inútil onde os membros referendam pautas e resoluções já tomadas, não existindo oportunidade para o debate;
- O CORHI não deveria existir, pois extrapola as competências;
- A SMA e a SSE têm comportamentos totalmente diferentes refletindo os atuais representantes das pastas;
- Nos comitês, o Estado manda e os colegiados obedecem;
- A qualidade dos comitês varia muito;
- É preciso repensar a necessidade de ter 21 Comitês. Rever a estrutura objetivando o fortalecimento do sistema e rever a necessidade de existir o Comitê, principalmente aqueles que não funcionam;
- Falta renovação nos membros dos Comitês;
- A autonomia dos Comitês é fundamental.

b) Estado – anotações mais relevantes:

- Para os representantes do Estado os colegiados estão respondendo a sua função no geral, tendo o COFEHIDRO como colegiado mais eficiente;
- Os Comitês de Bacia se entendem como autônomos, mas eles deveriam se ver como um componente do Sistema, seguindo norma geral do CRH;
- Existe uma hierarquia que deve ser respeitada;
- No CRH, problemas na forma como os representantes são escolhidos, principalmente Município;
- Muito pró-forma;
- O CORHI precisa ser repensado como uma secretaria do CRH, acompanhar a implantação do plano;

- COFEHIDRO é muito administrativo e burocrático, acaba se afastando do sistema;
- Comitês, em algumas Bacias o Comitê só existe, mas não influencia o Sistema;
- Problema com representatividade;
- Se espera que o presidente do Comitê de Bacia seja um Prefeito;o vice presidente da sociedade civil, e a secretaria executiva é o Estado.Mas deveria se eleger um presidente que possa conduzir o Comitê de Bacia;
- Muitos Comitês trabalhando por voluntarismo;
- Difícil arrumar quórum para participação – só ocorre quando se discute o FEHIDRO.

c) Municípios – anotações mais relevantes:

- Os representantes não representam sua instituição, mas sim seu posicionamento individual;
- Grande variação entre o funcionamento dos comitês de bacias.

2. Os Instrumentos de Gestão (IGs)

2.1. Outorga (Nota Média = 2,8)

a) Sociedade Civil – anotações mais relevantes:

- Falta de controle do DAEE sobre as águas outorgadas pela falta de um cadastro de usuários atualizado;
- Falta de comunicação e integração entre órgãos como CETESB e DAEE
- Precisa evoluir na qualidade do banco de dados e consistência das informações.
- Não há prazo de resposta ao usuário podendo demorar até 2 anos;
- Processo ficou muito complicado apos junção com o licenciamento.
- Existem problemas nos parâmetros do cálculo da outorga
- O DAEE permitiu que as emissões das outorgas ocorressem mais próximas dos locais de utilização dos corpos de água.
- Outorgas revistas pelos usuários em função da Cobrança.

b) Estado – anotações mais relevantes:

- Outorga tem evoluído bastante desde a década de 1990, em decorrência de uma dialogo constante entre a CETESB e o DAEE;
- Outorga como premissa para a Cobrança;
- Faltam maior agilidade e descentralização no processo;
- Cabe desenvolver subsídios técnicos sobre disponibilidades e demandas;
- A Sabesp ganha com o lançamento de efluentes industriais em sua rede.

c) Municípios – anotações mais relevantes:

- O processo de obtenção da outorga deve ser facilitado para evitar a clandestinidade;
- Muitos empreendimentos sem outorga afetando a disponibilidade hídrica
- A estimativa de vazão não representa a vazão real.

2.2. Planos Estadual e de UGRHIs (Nota Média = 2,9)

Os planos de recursos hídricos melhoraram principalmente por ser conhecido pelos representantes dos comitês. A partir de 2007, o Estado atrela os planos de recursos hídricos à distribuição de recursos do FEHIDRO.

a) Sociedade Civil – anotações mais relevantes:

- Não coloca metas claras que são muito subjetivas;
- A qualidade dos planos de bacias varia muito entre bacias;
- Os comitês de bacias não internalizaram seus próprios planos.

b) Estado – anotações mais relevantes:

- Houve melhora no plano de recursos hídricos estadual, na medida em que começou a articular os dados de qualidade e quantidade da água e a mapear as áreas criticas;
- Os planos trazem informações mínimas sobre as URGHIs;
- O plano precisa conhecer os investimentos planejados pelos municípios para então conhecer o que será investido na região;
- No PERH/SP é preciso identificar as fontes de recursos e verificar como as ações serão viabilizadas no tempo;
- Os planos de bacias não interagem com o PERH/SP com relação a proposições e ações.

c) Municípios – anotações mais relevantes:

- O plano estadual esta muito genérico e desatualizado;
- Os planos não estão sendo colocados em prática.

2.3. Relatório de Situação (Nota Média = 3,3)

Em 2004, o Plano Estadual de Recursos Hídricos salientou a importância de utilizar indicadores para monitorar a evolução e o impacto das ações na gestão dos recursos hídricos no estado.

Em 2007, o estado alterou o conteúdo dos relatórios de situação tornando-os mais acessíveis aos leigos, o que aumentou a sua utilização nos comitês de bacias e pelas organizações da sociedade civil.

a) Sociedade Civil – anotações mais relevantes:

- Os relatórios são muito genéricos e repetem o PERH/SP;
- Deveria ter um relatório de prestação de contas com os resultados obtidos com o uso do recurso ao invés do diagnóstico;
- Os indicadores devem ser revistos.

b) Estado – anotações mais relevantes:

- Houve um grande avanço no relatório de situação por ter sido internalizado pelos comitês;
- Em 2009, houve uma melhora na coleta e identificação dos indicadores a serem acompanhados, possibilitando a análise das modificações decorrentes das ações de gestão de recursos hídricos;
- Os relatórios não seguem o que é descrito por lei que é a avaliação da qualidade das águas, balanço de demanda e oferta da água (demanda/disponibilidade), avaliação dos programas definidos pelos planos, avaliação da participação dos atores no sistema;
- Ainda não é efetivo apesar dos indicadores.

c) Municípios – anotações mais relevantes:

- Relatório de situação por município também;
- Alem disso se acredita que o relatório deva ser mais divulgado.

2.4. Sistema de Informações (Nota Média = 2,6)

a) Sociedade Civil – anotações mais relevantes:

- O sistema esta desatualizado;
- Ferramenta lenta, estática;
- Dados da CETESB e DAEE não se conversam;
- Atas, mapas e resoluções não estão disponíveis.

b) Estado – anotações mais relevantes:

- Não responde a lei e não trás informações sobre a situação dos recursos hídricos no estado;
- As informações não estão atualizadas;
- Os dados que alimentam o sistema não foram transformados em informação.

c) Municípios – anotações mais relevantes:

- Diversas informações básicas não estão disponíveis aos comitês.

2.5. Cobrança (Nota Média = 3,3)

a) Sociedade Civil – anotações mais relevantes:

- Função principal na conscientização da importância da água e do seu uso racional, proporcionando às iniciativas privadas e públicas o desenvolvimento de práticas que levem a melhoria da quantidade e qualidade da água em suas bacias;
- Baixo nível de inadimplência no pagamento do valor da cobrança pelos seus usuários;
- Os recursos da cobrança não serão suficientes para resolver todos os problemas da bacia ou substituir os investimentos do poder público;
- Um instrumento de mudança de comportamento e não um arrecadador de fundos;
- Os valores devem ser investidos em educação ambiental e melhora no processo de outorga;

- Falta o Sistema de Informações implantado, não se tem uma análise dos seus impactos e resposta ao Sistema;
- Em muitas regiões os recursos da cobrança não sustentarão a Agência;
- Existe uma tensão entre a Agência e o Estado.

b) Estado – anotações mais relevantes:

- O plano de bacia não oferece informações para Cobrança;
- A Cobrança não pode estar desvinculada à existência de uma Agência;
- Falta a demonstrações de resultados efetivos;
- Altenativas à Cobrança como, por exemplo, o PSA (Pagamento por Serviços Ambientais), que poderia ser um contraponto da Cobrança.

c) Municípios – anotações mais relevantes:

- Mais autonomia na solução dos problemas da bacia por conta dos recursos a serem arrecadados;
- A lei define o mínimo e máximo de valores a serem cobrados. Os Comitês estão cobrando muito abaixo dos valores possíveis de Cobrança;

3. FEHIDRO (Nota Média = 3,2)

a) Sociedade Civil – anotações mais relevantes:

- O FEHIDRO melhorou, tanto na aplicação dos recursos como no desenvolvimento de indicadores de avaliação;
- Rever as regras para alocação de recursos que ao mesmo tempo respeitem a autonomia do comitê e possibilitem a utilização desses recursos por outros usuários;
- A pulverização dos recursos compromete a eficácia das ações;
- Não atrela os investimentos aos planos de recursos hídricos e sim as demandas do estado;
- A alocação dos recursos não deve ser política;
- Burocracia do FEHIDRO;
- O recurso do fundo é insuficiente para resolver os problemas das bacias.

b) Estado – anotações mais relevantes:

- Seu início serviu como um atrativo aos atores sendo considerado um indutor de participação;
- Um mecanismo que verifique a efetividade das ações;
- Avaliação dos investimentos realizados;
- Na alocação existem dificuldades em aplicar os recursos nos melhores projetos;
- O recurso seja aplicado de forma pulverizada, ou seja, as ações são pequenas, limitadas, localizadas e não contribuem para solucionar os problemas;

- Falta concentrar investimento em ações efetivas;
- Os recursos do FEHIDRO deveriam ser aplicados em ações estruturais.

c) Municípios – anotações mais relevantes:

- É um instrumento fundamental na estruturação do sistema paulista e atrativo aos atores;
- A disponibilização e aplicação dura cerca de 3 anos;
- Os projetos deveriam ser hierarquizados, limitar o numero de projetos por tomador e assim criar um novo sistema de priorização de projetos;
- Recursos estão muito pulverizados entre os municípios;
- Projetos se perdem por não terem continuidade.

4. Comunicação, Articulação e Integração

4.1. Comunicação, Articulação e Integração Externa (Nota Média = 2,0)

a) Sociedade Civil – anotações mais relevantes:

- É preciso estudar o perfil do pagador, do mercado para desenvolver campanhas específicas para eles;
- As pessoas não entendem/reconhecem os problemas na área de recursos hídricos, para elas os problemas estão distantes, exceto os de drenagem e saneamento;
- As informações são dirigidas apenas para quem faz parte do sistema.

b) Estado – anotações mais relevantes:

- Alguns assumem que a comunicação é o desafio do sistema, outros entendem que a comunicação não é ao maior problema;
- O sistema é ainda desconhecido pela maior parte da sociedade;
- As informações não estão chegando aos usuários;
- A falta de conhecimento da sociedade com relação ao Sistema de gestão esta proporcionando que os mesmos grupos permaneçam pro muito tempo como representantes da sociedade civil;
- Muitas vezes tais representantes utilizam os recursos do sistema para se manter em atividade deixando de divulgar o sistema para grupos que possam assumir seu espaço nos colegiados.

c) Municípios – anotações mais relevantes:

- É conhecido apenas por aqueles que são seus atores;
- O assunto é muito técnico.

Consideração final: os mesmos grupos se perpetuam nos colegiados estão, muitas vezes, interessados na possibilidade de ter acesso a recursos, deixando em segundo plano o seu trabalho na melhoria do sistema e na representação dos interesses da sociedade civil com relação a questões dos recursos hídricos no estado.

4.2. Comunicação, Articulação e Integração Interna SIGRH (Nota Média = 3,0)

a) Sociedade Civil – anotações mais relevantes:

- Existe e vem melhorando, via eventos que fomentam a troca de experiências, publicações e comunicação pessoal;
- Não têm rotina de comunicação;
- O estado não repassa informações;
- As informações circulam mais entre Estado e municípios.

b) Estado – anotações mais relevantes:

- O fato de as secretarias dos comitês serem ocupadas por técnicos do DAEE e CETESB facilita e fortalece a comunicação entre os comitês de bacia
- A comunicação é mais forte entre os representantes do estado enquanto que com os municípios ela varia de acordo com o seu engajamento e localização geográfica
- Com outros setores a integração foi considerada regular, pois se concentra em discutir a administração do FEHIDRO.
- Tensão entre os órgãos CETESB e DAEE.

c) Municípios – anotações mais relevantes:

- Técnico não se comunica;
- Os representantes do estado nos comitês não representam o posicionamento do estado, mas sim o seu pessoal.

5. Resumo dos Desafios e Propostas para a Próxima Década

5.1. SIGRH/SP:

- Legislação:

- revisar e atualizar.

- Participação e representatividade:

- Maior efetividade;
- Tem usuário, ONG ambiental, sindicatos, com interesses até opostos, sem ter o mesmo peso pela diferença de bagagem de cada uma;
- O maior problema: a gestão dentro da SMA e da Secretaria de Saneamento e Energia, que não assumem suas funções. A Cetesb está longe do CRH e da CPLA. Deve ter integração intersetorial;
- Aumentar representatividade dos usuários pagadores, para que tenham peso no sistema, no mínimo igual ao Poder Público, como nos Comitês Federais (40% Poder Público, 20% sociedade civil não usuário, 40% usuário);
- Voluntário para Profissional;

- Na atuação dos prefeitos é preciso integrá-los para fins de execução.

- Agências de UGRHIs:

- Conflito: se é fundação ou consórcio ou se usa o modelo federal que é delegatório.

5.2. Instrumentos de Gestão:

- Fortalecer e implementar integralmente os instrumentos de gestão previstos pela legislação.

- Diagnóstico e monitoramento:

- Levantar todos os problemas de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo por Comitê de Bacia;
- Implantar monitoramento quali e quantitativo contemplando todo o ciclo hidrológico.

- Outorga:

- Universalizar a outorga.

- Enquadramento:

- Ações em nível de estado para o reenquadramento de corpos de água.

- Planos de UGRHIs e PERH/SP:

- Melhoria no processo e consistência de planejamento;
- Cumprir integralmente os planos;
- Planos de metas.

- Sistema de Informações:

- Melhoria substancial e acesso a todos.

- Cobrança:

- Regras mais simples e claras e fazer com que as pessoas entendam do que se trata;
- Implementar a cobrança de forma incremental passando para todos os setores que têm que contribuir;
- Integração da cobrança entre estado e país.

5.3. FEHDRO:

- Boa seleção de projetos e priorização em áreas mais críticas.

- Recursos e investimentos:

- Aumentar os recursos;
- Só o FEHIDRO e a cobrança não são suficiente para as metas do Plano de Bacia; Mais recursos para implementar as ações do Plano.

5.4. Comunicação:

- Transparência do Sistema, comitês para conhecimento da sociedade.

5.5. Temas Gerais e Intervenções Setoriais

- Saneamento:

- Ação prioritária com meta de 100% de serviços.

- Uso Racional da Água

- Outros Mecanismos:

  - Compensação, incentivos para empresas que fazem práticas de reuso, uso eficiente e analogia à compensação.

- Incentivos, impostos, políticas públicas, articulação com outros sistemas e políticas:

  - Levar o conceito de Gestão Integrada.
  - Articulação com o sistema nacional, unidades administrativas regionais, articulação com agricultura,

- Implementar PSA.

- Temas Gerais:

  - Mudança do clima, escassez e áreas de risco, controle da ocupação do solo, matas ciliares e educação.

6. Conclusões Preliminares do Relatório

O SIGRH/SP evoluiu durante os 20 anos de sua existência, não obstante períodos de estagnação e temas a serem retomados. Ainda cabe fortalecimento do arcabouço legal, da criação dos instrumentos de gestão e da implantação do sistema na prática.

Foi a partir de 2005, com a aprovação da lei da cobrança, que o sistema voltou a avançar para uma nova etapa, onde ocorre também uma maior atenção com relação a integração entre os vários instrumentos de gestão e a identificação de adequações necessárias para a melhoria de seu funcionamento.

O Estado assume diferentes funções, mas ainda é um dos principais atores responsável pelo fortalecimento ou não do SIGRH/SP. Neste sentido cabe superar conflitos e divergências internas, notadamente entre SMA e SSRH, além de DAEE e CETESB. Tal situação não é resultado da omissão ou falta de participação dos representantes da sociedade civil, mas sim é conseqüência das práticas do Governo do Estado, fortemente caracterizadas por ações centralizadas e tecnocráticas.

Agora os problemas estão relacionados à qualidade dos planos e seu impacto como instrumento de gestão.

No caso dos colegiados, o problema que ainda persiste é a disparidade entre o numero de membros nestes espaços de negociação. A sociedade civil se sente em desvantagem com relação ao Poder Público e pede que a distribuição dos segmentos seja revista.

No caso do CORHI e a necessidade de sua reformulação. Com efeito, há uma tensão entre o entendimento de representantes do estado e da sociedade civil sobre as relações entre os colegiados do sistema.

Essas conclusões são baseadas na opinião de um numero de atores do sistema entrevistados.